



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIENCIAS ECONOMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JAMERSON GUERRA SANTOS

**O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO MUNICÍPIO DE BAIXA GRANDE,
BAHIA, NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

SALVADOR

2009

JAMERSON GUERRA SANTOS

**O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO MUNICÍPIO DE BAIXA GRANDE,
BAHIA, NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção de grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. José Murilo Philigret Baptista

SALVADOR

2009

JAMERSON GUERRA SANTOS

**O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO MUNICÍPIO DE BAIXA GRANDE,
BAHIA, NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção de grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em:...../...../.....

Orientador: _____

Prof. José Murilo Philigret Baptista
Faculdade de Economia da UFBA

Prof. Dra. Gilca Garcia de Oliveira
Faculdade de Economia da UFBA

Prof. Antônio Plínio Pires de Moura
Faculdade de Economia da UFBA

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, causa primeira e percussor do universo. A minha mãe querida que nunca mensurou esforços para nos incentivar, afagar e orientar e também a minha irmã Denise.

Ao meu Orientador, Professor José Murilo Philigret Baptista, que com seu olhar crítico e boa vontade colaborou para a construção deste trabalho.

Aos amigos da Cooperativa de Crédito SICOOB GRANDE, que com sua disponibilidade ajudaram-me com informações e fornecimento de dados.

RESUMO

A Economia Solidária busca inserir uma forma diferenciada de organização do trabalho, em que este seja o elemento principal de valorização do homem e da mulher enquanto cidadãos. Busca, portanto que estes sejam os responsáveis por sua promoção social e econômica. Este trabalho realiza inicialmente uma abordagem conceitual sobre Economia Solidária, em seguida realiza-se uma análise dos Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil e na Bahia. Como objetivo mais específico, aborda-se o conceito de Cooperativismo e traça-se um panorama do segmento de crédito no Brasil para finalmente chegar-se em seu objeto principal, que é a Cooperativa de Crédito de Baixa Grande, depois de realizada a caracterização do Município.

Palavras-chave: Economia Solidária. Cooperativismo de Crédito. Baixa Grande.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 7 |
| 2 | ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL | 9 |
| 2.1 | FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PAÍS | 14 |
| 2.2 | NÚMEROS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: BRASIL E BAHIA | 15 |
| 2.3 | DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS EES BAIANOS | 25 |
| 2.4 | TRABALHADORES OCUPADOS NOS ESS BAIANOS | 26 |
| 2.5 | PRODUTOS MAIS FREQUENTES NOS EES BAIANOS | 28 |
| 3 | O MOVIMENTO COOPERATIVO: CONTEXTO HISTÓRICO | 30 |
| 3.1 | PRINCÍPIOS E SISTEMA DO COOPERATIVISMO | 32 |
| 3.2 | O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL | 34 |
| 3.3 | PANORAMA ATUAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO | 38 |
| 4 | BAIXA GRANDE: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO | 44 |
| 4.1 | PERFIL SOCIAL | 44 |
| 4.2 | PERFIL ECONÔMICO | 51 |
| 5 | A COOPERATIVA DE CRÉDITO EM BAIXA GRANDE | 55 |
| 5.1 | A COOPERATIVA EM NÚMEROS | 59 |
| 5.2 | A COOPERATIVA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA | 65 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 67 |
| | REFERÊNCIAS | 68 |

1 INTRODUÇÃO

A trajetória da humanidade é marcada por uma infinidade de costumes e organizações que forçosamente, impunham ao homem a necessidade de se adaptar ao meio em que está inserido. As mudanças climáticas e, conseqüentemente, as condições ambientais de disponibilidade ou escassez de recursos naturais como água, vegetação e animais para a alimentação despertavam no homem primitivo uma engenhosidade que possibilitou a superação das mais variadas adversidades, garantindo a sua sobrevivência em distintos períodos de sua trajetória. Este legado é, portanto, o mais significativo para a organização do homem em sociedade, em que as relações entre os homens superaram a fronteira da organização familiar e das demais que a sucederam, engendrando formas mais complexas e dinâmicas, incidindo na qual estamos hoje inseridos, denominado de modo capitalista de produção.

O capitalismo é, possivelmente o mais significativo modo de produção, seja talvez por sua transcendência temporal que alcançou na atualidade, ou por sua multiplicidade de caráter que a cada momento se manifesta de forma a garantir a sua manutenção. Iniciado na esfera da produção industrial e alcançando sua fase superior no que se chama de capitalismo financeiro ou financeirização da economia, sob a égide do processo de globalização, apoiado essencialmente na integração dos mercados. O fato comum e mais relevante é que o capitalismo em todas as suas etapas gera uma série de desigualdades de ordem social e econômica e isto não como um efeito residual de sua perenização, mas como base da sua própria reprodução, ou seja, o capitalismo se ergue na exploração do trabalho alheio, extraindo o máximo da atividade laboral do homem oferecendo, em contrapartida, o mínimo possível a sua manutenção.

A despeito do vigor do capitalismo, desde a sua fase inicial no período da revolução industrial, parte da população, a exemplo de trabalhadores urbanos e camponeses, estava cada vez mais à margem da assistência e seguridade social. Esta aproximação dos indivíduos com o marginalismo social determina uma efervescência no seio da população oprimida, que já não mais admitia a dominação de poucos (os que detinham o capital), sobre muitos (que tem a força de trabalho) que estavam completamente despojados do direito à condição digna de vida. A identidade coletiva ou de classe começa a ser idealizada, e com o decorrer do tempo, adquiriu consciência de grupo fazendo fluir sentimentos e anseios sociais amplos,

determinantes para início dos movimentos de contestação da ordem vigente, de defesa de garantias, reivindicações e de libertação para as classes sociais oprimidas. Deste modo, um período de intensa reflexão sobre os problemas sociais e de continuadas lutas políticas das classes operárias marca a insatisfação como o modelo predominante. O continuado processo de conscientização, influenciado também por bases filosóficas, possibilitou a organização de entidades representativas que por meio de atitudes de cooperação visava à solução para os problemas sociais com os quais se deparavam, de modo que alvorecia uma nova forma de pensar a sociedade, influenciando a adoção de novas práticas econômicas no centro do capitalismo dominante.

Na sociedade contemporânea observa-se uma série de transformações que a distinguem do período em que nasceu o capitalismo, porém a realidade de exclusão e dominação econômica persiste. Forçosamente, o indivíduo é impelido a driblar a falta de emprego, de acesso a serviços básicos como saúde, educação e segurança. Projeta-se, portanto a necessidade de atividades econômicas em que o trabalho e o indivíduo sejam valorizados, e um novo conceito de organização econômica, baseado em manifestações históricas, seja assimilado pela sociedade em que ao invés da lógica excludente pratique-se a solidariedade na promoção econômica e social dos agentes, revelando a Economia Solidária.

Este trabalho visa, portanto evidenciar a experiência da Cooperativa de Crédito no Município de Baixa Grande, Bahia, como uma forma de mudança da realidade local e que se baseia em princípios do cooperativismo e com elementos da Economia Solidária. Nesta perspectiva, além desta introdução, no segundo capítulo faz-se uma discussão em torno da concepção teórica do termo e busca-se evidenciar por meio da análise quantitativa o estágio em que se encontra a Economia Solidária no Brasil e, comparativamente, na Bahia. No capítulo terceiro recorre-se a abordagem do cooperativismo desdobrando-se seu contexto histórico, seus princípios, e o panorama do segmento de crédito no Brasil. No quarto capítulo realiza-se a caracterização do Município de Baixa Grande e no quinto relata-se a experiência da Cooperativa de Crédito deste município.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

A Economia enquanto ciência tem como base de seus estudos, fenômenos tanto sociais quanto econômicos que articulados configuram o objeto de investigação da Teoria Econômica Sandroni (2003) conceitua:

Ciência que estuda a atividade produtiva. Focaliza estritamente os problemas referentes ao uso mais eficiente dos recursos materiais escassos para a produção de bens; estuda as variações e combinações na alocação dos fatores de produção (terra, capital, trabalho, tecnologia), na distribuição de renda, na oferta e procura e nos preços das mercadorias. Sua preocupação fundamental refere-se aos aspectos mensuráveis da atividade produtiva, recorrendo para isso aos conhecimentos matemáticos, estatísticos e econométricos. (SANDRONI, 2003, p.189)

A conceituação acima descreve bem a trajetória da teoria econômica dominante desde o século XVIII, refletida na teoria clássica. Essa teoria sustenta em seu desdobramento histórico as bases para o desenvolvimento do modo capitalista de produção, lastreado no liberalismo econômico e no individualismo. Deterministicamente, esse modelo prioriza as formas de organização da produção de maneira a obter a melhor eficiência, por meio do aumento da produtividade e assim possibilitar a acumulação do capital. Portanto, a economia não pode estar reduzida a esta conceituação, como considera o próprio Sandroni (2003):

È por meio da teoria, que a economia se entrelaça com a história, a sociologia, a antropologia e outras ciências afins. Seu papel não se limita à interpretação do que ocorre no plano da produção, da circulação e do consumo: é também o ponto de partida para a formulação de respostas aos problemas econômicos surgidos em cada etapa do desenvolvimento social. (SANDRONI, 2003, p.600)

O apelo para a emergência de um modelo econômico em que a sociedade seja contemplada em toda sua extensão, como um sistema orgânico e integrado, favorecendo a promoção social dos indivíduos, traz à tona uma série de reflexões sobre conceitos e propostas para um fenômeno que vá além do crescimento econômico, que não contemple apenas minorias mais abastadas, e alcance um estágio de desenvolvimento econômico mais justo e amplo, no qual a dinâmica econômica do capitalismo ainda não conseguiu e certamente não visa atingir.

As sucessões de crises e distorções geradas pela globalização do capitalismo favorecem o surgimento e a implantação de novas práticas de estruturação do trabalho, sem que o lucro capitalista seja a condição de suficiência para sua proliferação. De acordo com Paul Singer (2000, p. 138), “A construção da Economia Solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista”.

Mas o que seria exatamente este fenômeno? Haveria uma forma única de conceituá-la? França Filho, (2002), busca por meio dos conceitos de Terceiro Setor, Economia Social e Economia Popular, delimitar o que viria a ser Economia Solidária propriamente dita.

Com efeito, diferenças importantes subjazem às noções de terceiro setor, de economia solidária, de economia social e de economia popular (e ainda aquela de economia informal), ligadas não somente aos diferentes contextos sociopolíticos em que emergiram esses termos, mas também a interpretações distintas acerca do papel que desempenham essas práticas e/ou iniciativas na sociedade, especialmente no que se refere ao lugar que elas devem ocupar em relação às esferas do Estado e do mercado. Dito de outro modo, as diferenças entre esses termos estão relacionados à construção de um discurso próprio (a cada um deles). (FRANÇA FILHO, 2002, p.10)

Para França Filho, (2002, p.10), o terceiro setor seria um setor à parte que estaria ocupando um espaço entre o Estado e o mercado e, desenha-se de forma bastante heterogênea, porém considera-se que esta delimitação diminui a importância deste segmento, visto que, há uma série de atividades relevantes que estão compreendidas nele, principalmente em países com trajetórias similares a do Brasil, “esta abordagem identifica o terceiro setor ao universo das organizações sem fins lucrativos”.

Ao evidenciar o que seria a Economia Social, França Filho, (2002, p.12), concebe como uma forma de organização do trabalho. Sinalizando um ideal de reordenamento social, relativo ao direito do trabalho, que não estaria vinculado com o poder político nem com a dominação do aparelho estatal por outra classe, distanciando-se, portanto da proposta concebida pelo Socialismo Científico. “Isso porque as iniciativas gestadas no seio dessa economia social nascente aparecem como alternativas, em termos de organização do trabalho, àquela proposta pela forma dominante de trabalho assalariado instituída pelo princípio econômico que começava a se tornar hegemônico, imposto pela empresa capitalista nascente”.

Quanto à Economia Popular, o autor considera que esta modalidade é sustentada numa base comunitária, onde o ambiente é constituído por agentes pobres que diante das necessidades articulam-se e uns oferecem aos outros suas habilidades na realização de uma tarefa, e exemplifica do seguinte modo:

A tradição do recurso ao mutirão nas práticas de organização e de produção dos grupos populares, muito comum na nossa realidade, pode ser considerada como um caso ilustrativo dessa articulação entre necessidades (demandas) e saberes (competências). O mutirão é um sistema de auto-organização popular e comunitária para a realização e a concretização de projetos, que consiste em associar o conjunto dos membros de uma comunidade na execução dos seus próprios projetos coletivos. (FRANÇA FILHO, 2002, p.16).

A caracterização da economia popular dada acima descreve com propriedade a realidade de muitas comunidades. No entanto é preciso pensar além, para não incidir em uma percepção de que o popular é algo menor. Arroyo e Schuc (2006) advertem, “comumente, a idéia de popular, principalmente quando associada à idéia de economia, representa a economia periférica, sem escala, a economia que não é economia, e sim um problema social”. Assim esta percepção precisaria ser aprimorada, visto que o mercado, conforme apregoa o modelo capitalista, não foi capaz de incluir a todos, possibilitar que cada cidadão tivesse sua carteira assinada, não apenas com um salário mínimo, mas com uma remuneração digna que lhe promovesse socialmente.

Uma grande parcela da população sobrevive fora do mercado formal de trabalho e consegue manter-se, sustentar suas famílias e mesmo educar seus filhos, pois desenvolve atividades baseadas no seu próprio trabalho (sem uma relação contratual), auferindo renda maior do que se vendesse sua força de trabalho a um empreendimento capitalista. Apesar de outros problemas que envolvem, por exemplo, a questão da seguridade social, este movimento revela que outras formas de organização do trabalho são de fato possíveis, e que precisa ser pensado é uma maneira de formalização do próprio ambiente em que atuam.

Assim Arroyo e Schuc (2006) admitem um conceito amplo que seria concebido como Economia Popular e Solidária, que seria baseada na valorização do trabalho, na realização do Homem e da Mulher, na estabilidade social e ambientalmente sustentável.

O projeto proposto pela economia popular e solidária tem entre seus principais fundamentos o desafio de estruturar uma economia que se alimente da inclusão social e da distribuição da renda, em um contexto em que signifique a radicalização da democracia política na direção da democracia econômica, a única capaz de trazer soluções definitivas aos problemas sociais. (ARROYO; SCHUC, 2006, p. 53).

Para Paul Singer a prática da Economia solidária, deve ser estabelecida como uma organização que se distancia do modelo adotado pelo capitalismo, assim definindo-a:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade. (SINGER, 2002, p.10).

Nesta perspectiva a Economia Solidária, é pensada como uma forma de instituir-se como um marco que abarque as organizações populares que desenvolvam atividades econômicas. Independente na natureza ou tipo de organização em que se estruture um empreendimento de Economia Solidária existem princípios que precisam e devem ser adotados, para que este movimento emergente não seja descaracterizado ou confundido como modelos incompatíveis com sua proposta. A seguir expõem-se os princípios gerais e estratégias, baseados nas formulações do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2006, apud ARROYO; SCHUC).

- Valorização social do trabalho humano, ou seja, valorização do homem como ser humano na atividade econômica, não sendo mais visto como mero portador de uma única mercadoria, sua força de trabalho;
- Reconhecimento do papel da mulher e do feminino;
- Desenvolvimento integrado e sustentável da sociedade cujo objetivo é o intercâmbio respeitoso do homem com a natureza;
- Busca dos valores do associativismo, do cooperativismo, do mutualismo e da solidariedade como forma de criar uma sociedade humanizadora e eficaz para todos;
- O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber (coleta de informação para a geração de conhecimento) e a criatividade humana, que é fruto do trabalho e do processo de geração de conhecimento;
- O ser humano é sujeito e finalidade da atividade econômica, e não gerador de riqueza e capitais para particulares;
- Buscar a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de

trabalhadores do acesso a seus benefícios gerando hoje crises recessivas de alcance global;

- Buscar solidariedade dos povos dos hemisférios Norte e Sul, objetivando o aumento de qualidade de vida para todos, propondo a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato e tendo a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência;
- Geração de trabalho e renda, visando combater a exclusão social e a eliminação das desigualdades materiais.

Como desafios estratégicos para a construção da economia solidária apresentam-se os seguintes pontos (2006, apud ARROYO; SCHUC):

- Sistemas de finanças solidárias: O objetivo é permitir às pessoas excluídas do sistema bancário adquirir créditos (financiamento, poupança, seguro, etc.) e com isso criarem seu próprio meio de trabalho e subsistência, ou seja, a economia solidária visa à busca da democratização do acesso ao crédito popular, no qual a seleção de investimentos dos projetos será mediante sua utilização social, e enfatiza a importância do acompanhamento do projeto, uma vez este iniciado. Promove o direito das comunidades e nações à soberania sobre suas próprias finanças, assim como estimula os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas de crédito e as instituições de microcrédito solidário a financiarem seus membros, e estimula também a não-concentração de lucros por meio de altos juros. Preocupa-se com a chamada utilidade do investimento financeiro, na qual o objetivo é a busca da aplicação ética do dinheiro, por exemplo, esforços na luta contra a exclusão, pela preservação ambiental, em trabalhos de ação cultural e de desenvolvimento local, assim como outras aplicações.
- Criação do comércio justo: Estabelecer relações comerciais mais justas entre consumidores e produtores a partir de um nível local, nacional e internacional. Seu objetivo é eliminar ao máximo o número de intermediários entre produtores e consumidores.
- Economia sem dinheiro: Implica a redefinição do papel do dinheiro, assim como a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais. Tais iniciativas se dão em escala local e buscam articulação de redes, como organizações territoriais, visando enfrentar a exclusão social por meio de moedas sociais. Apresenta três principais

características: a autoprodução coletiva, a elaboração de sistemas de trocas locais e as redes de trocas recíprocas de saberes.

- Construção de um Estado político democrático: A economia solidária é um projeto de desenvolvimento local integrado e sustentado que visa à justiça econômica, social, cultural, ambiental e a democracia participativa. A economia solidária exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores e a responsabilidade social de empresas e cidadãos. Tem como valor também a relação respeitosa entre os povos e a soberania nacional num contexto de interação com a soberania de outras nações.

2.1 FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

No Brasil, a economia solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc. Atualmente, a economia solidária tem se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem 27 fóruns estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de economia solidária) em todo o território brasileiro. Foram fortalecidas ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários e foram criadas novas organizações de abrangência nacional. No âmbito nacional, o Governo Federal criou com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), como órgão integrado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que está implementando o PROGRAMA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO. Sua finalidade é promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas visando o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social (BRASIL, 2009a).

A partir da criação do SENAES, uma ação de mapeamento foi iniciada em todo o país, no intuito de levantar dados quantitativos e qualitativos da Economia Solidária. Estes dados estão consolidados e disponíveis através do Sistema Nacional de Informação em Economia

Solidária- SIES. Alguns dados, em particular, serão aproveitados para evidenciar o “retrato” da Economia Solidária no Brasil e no Estado da Bahia.

2.2 NÚMEROS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: BRASIL E BAHIA

De acordo com o levantamento realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), até o ano de 2007, foram mapeados 21.859 empreendimentos de Economia Solidária, no Brasil, distribuídos em todas as regiões do País. A maior parte deles está localizados na região Nordeste que contabilizou 43,5% dos empreendimentos, seguidos da região Sudeste com 17,9%, a região Sul com o terceiro maior número de empreendimentos, 16,4 % e as regiões Norte e Centro-Oeste, com as menores participações com, 12,1% e 10,1%, respectivamente.

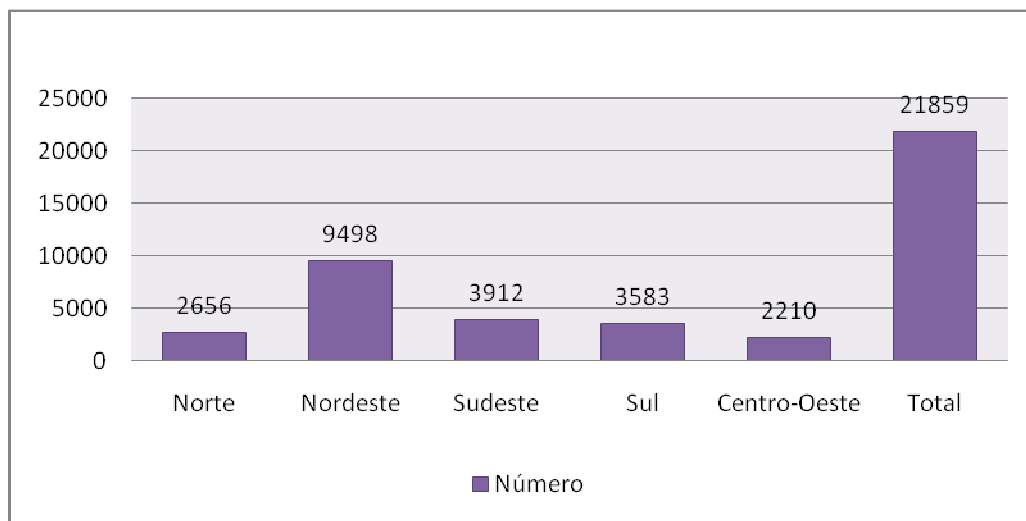


Gráfico 1- Distribuição dos EES Por Região

Fonte: Brasil, 2009 a.

Vale destacar que a região Sul foi pioneira no desenvolvimento de atividades de cunho associativista e cooperativista e, no início da década de 1990, tinha uma participação relativa maior de atividades enquadradas na modalidade de economia solidária. Os dados mais recentes, portanto, mostram uma mudança que revela uma nova configuração da distribuição regional no desenvolvimento de atividades de economia solidária no Brasil. De um modo geral, o número de atividades organizadas sobre este “novo” modelo é crescente em todo o

Brasil. A Bahia acompanha este movimento no mesmo sentido, onde a partir da década de 1990 observa-se um crescimento mais acentuado conforme demonstra o gráfico abaixo.

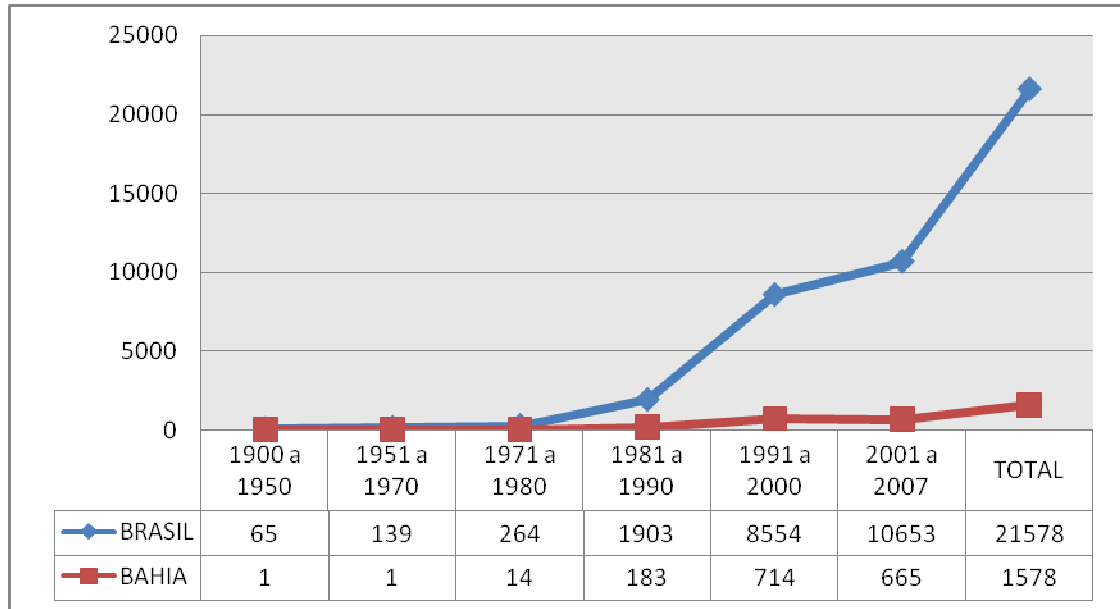


Gráfico 2: Evolução do N° de ESS- Comparação Brasil e Bahia

Fonte: Brasil, 2009 a.

Os empreendimentos estão também divididos por área atuação. A classificação do SENAES considera separadamente os que atuam no ambiente estritamente rural, estritamente urbano e aqueles que atuam tanto no meio rural como urbano. Na pesquisa realizada, 21.763 declararam a área de atuação, o que corresponde a 99,5% dos estabelecimentos pesquisados. O quadro a seguir evidencia a composição das áreas de atuação por regiões e unidades da federação.

| BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO | RURAL | URBANA | RURAL E URBANA | TOTAL |
|--|---------------|---------------|-----------------------|---------------|
| NORTE | 1.355 | 782 | 512 | 2.649 |
| Acre | 376 | 114 | 51 | 541 |
| Amapá | 49 | 61 | 47 | 157 |
| Amazonas | 141 | 200 | 118 | 459 |
| Pará | 221 | 218 | 135 | 574 |
| Rondônia | 171 | 62 | 59 | 292 |
| Roraima | 43 | 51 | 32 | 126 |
| Tocantins | 354 | 76 | 70 | 500 |
| NORDESTE | 5941 | 2161 | 1354 | 9.456 |
| Alagoas | 145 | 83 | 54 | 282 |
| Bahia | 1.044 | 252 | 315 | 1.611 |
| Ceará | 1.333 | 296 | 221 | 1.850 |
| Maranhão | 548 | 156 | 86 | 790 |
| Paraíba | 399 | 150 | 120 | 669 |
| Pernambuco | 909 | 420 | 196 | 1.525 |
| Piauí | 837 | 487 | 145 | 1.469 |
| Rio Grande do Norte | 564 | 161 | 90 | 815 |
| Sergipe | 162 | 156 | 127 | 445 |
| SUDESTE | 1008 | 2325 | 567 | 3.900 |
| Espírito Santo | 303 | 127 | 89 | 519 |
| Minas Gerais | 393 | 696 | 145 | 1.234 |
| Rio de Janeiro | 178 | 895 | 262 | 1.335 |
| São Paulo | 134 | 607 | 71 | 812 |
| SUL | 1294 | 1446 | 819 | 3.559 |
| Paraná | 264 | 379 | 163 | 806 |
| Rio Grande do Sul | 791 | 862 | 420 | 2.073 |
| Santa Catarina | 239 | 205 | 236 | 680 |
| CENTRO-OESTE | 915 | 825 | 459 | 2.199 |
| Distrito Federal | 18 | 311 | 57 | 386 |
| Goiás | 356 | 88 | 289 | 733 |
| Mato Grosso | 466 | 191 | 85 | 742 |
| Mato Grosso do Sul | 75 | 235 | 28 | 338 |
| BRASIL | 10.513 | 7.539 | 3.711 | 21.763 |

Quadro 1- Número de empreendimentos segundo área de atuação Brasil, Grandes regiões e Unidades da Federação, 2005 e 2007

Fonte: DIEESE, 2008.

OBS: Considerados os empreendimentos que declararam área de atuação

A região Nordeste é a que detém a maior parte dos empreendimentos de característica e/ou atuação rural, 63% de seus empreendimentos estão enquadrados nesta

modalidade, já os de característica urbana estão em maior proporção na região Sudeste do País, do total de estabelecimentos desta, 60% atuam em área urbana. A comparação entre estas duas regiões revela a trajetória do desenvolvimento de cada uma delas e ratifica a forma diversa e desigual que historicamente se estabeleceu nas regiões brasileiras. A região mais industrializada do país desenvolveu os empreendimentos de economia solidária mais adequada ao seu modelo de desenvolvimento, com características mais urbanas e a região Nordeste numa trajetória inversa, mas compatível com o tipo de atividades predominantes no seu território, implantando-se mais atividades no ambiente rural.

Quando analisado os números consolidados para o Brasil, prevalece também a maior parte dos empreendimentos como estritamente rural representando 48,3 % do total nacional entre os declarantes, 34,6 % são os estritamente urbanos e 17,1 % a parcela que atuam na área rural e urbana.

A Bahia é o segundo maior Estado do Nordeste em números de empreendimentos com 17 % entre os que declararam área de atuação. Sua participação em relação ao total nacional, incluindo os que não declararam área de atuação é 7,3 %.A composição entre rural e urbano é similar a observada no Nordeste e no Brasil, ou seja a maioria dos empreendimentos no Estado estão também em área rural, conforme evidencia o gráfico abaixo.

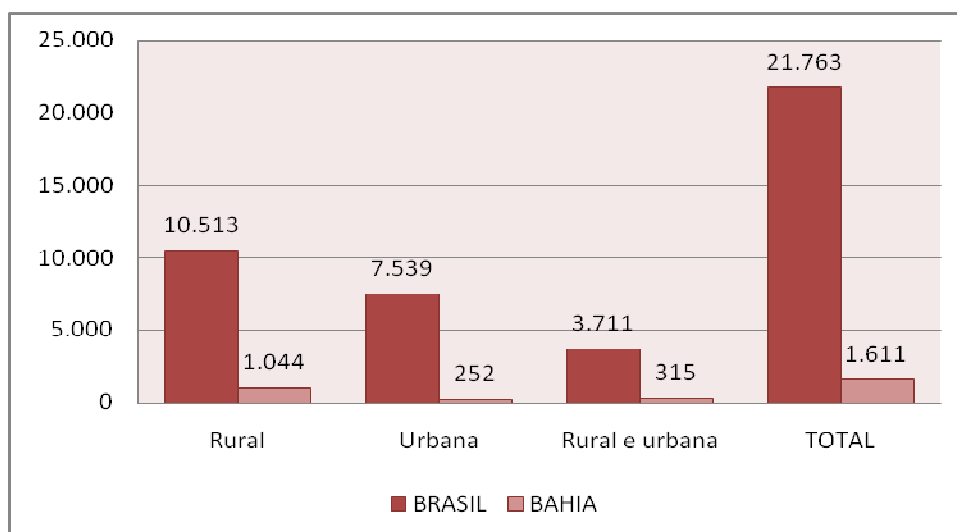


Gráfico 3- Área de atuação- Brasil e Bahia

Fonte: Brasil, 2009 a.

A pesquisa do SENAES buscou identificar quais as formas mais comuns de organização dos Empreendimentos de Economia solidária em todo o Brasil, classificando-os em quatro agrupamentos básicos: Grupo informal¹, Associações², Cooperativas³ e Outras Formas⁴.

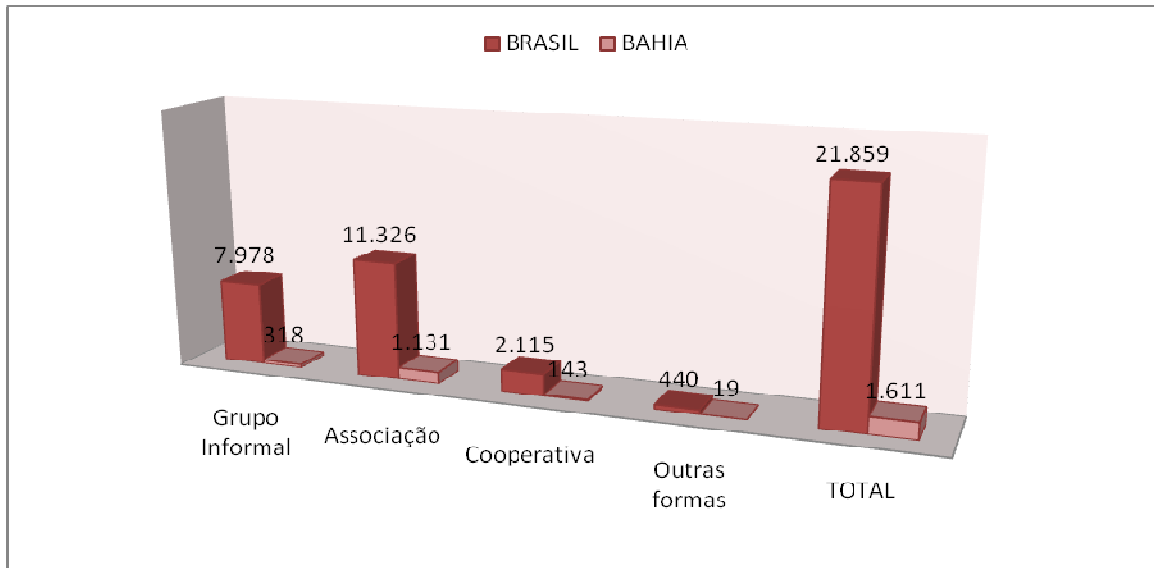


Gráfico 4- Formas de Organização- Brasil e Bahia.

Fonte: Brasil, 2009 a.

As associações são a forma mais freqüente e representam 51,8%, destas 5,2 % estão no Estado da Bahia, como segunda maior forma de organização estão os Grupos Informais que correspondem a 36,5 %, dos quais somente 1,5 % estão localizados na Bahia. Com participações menores estão os empreendimentos organizados sob a forma de cooperativas que são 9,7 %, em que a Bahia detém apenas 0,65% desta forma de organização e 2 % são sob outras formas de organização. As formas de organização no Estado Baiano têm a mesma predominância de ordenamento que o Brasil, 70,2 % são associações, 19,7 % grupo informal, 8,9 % cooperativa e 1,2 % representa outras formas de organização.

¹ Corresponde aos EES que não possuem nenhum tipo de registro legal ou formalização junto a órgãos públicos municipais, estaduais e federais.

² EES que são registrados (formalizados) com natureza jurídica de associação.

³ EES que são registrados com natureza jurídica de cooperativa: Sociedade de pessoas que se obrigam, através da celebração de contratos de sociedade cooperativa, a contribuir, com bens e serviços, para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, podendo ter objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade.

⁴ Outras formas compreendem: Sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada; Sociedade mercantil em nome coletivo; sociedade mercantil de capital e indústria

Outro objeto de interesse no levantamento realizado pelo SENAES foram os motivos de criação de empreendimentos baseados nos princípios da Economia Solidária, o resultado segue evidenciado no gráfico a seguir.

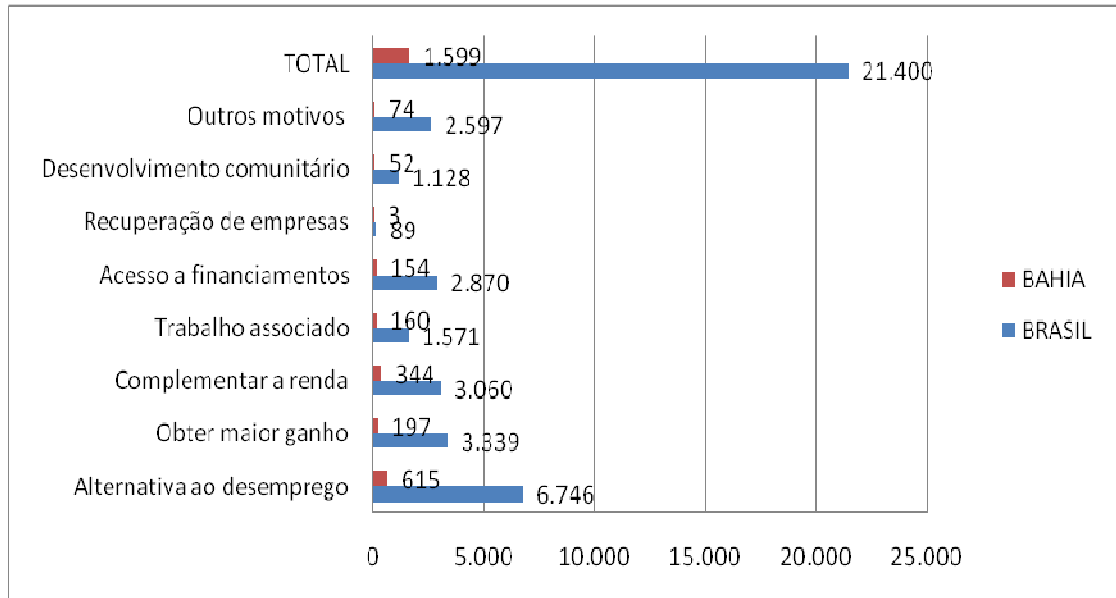


Gráfico 5- Motivos de Criação- Brasil e Bahia

Fonte: Brasil, 2009 a.

Dos empreendimentos pesquisados uma pequena parcela (2 %) não indicou ou especificou o motivo de criação. O principal motivo de criação refere-se a uma alternativa ao desemprego, 31,5 % no Brasil, dos localizados na Bahia 38 % mencionaram este como o motivador. Obtenção de maior ganho e fonte complementar de renda aparece como importantes estimuladores dos EES, porém o primeiro é mais determinante no Brasil, 15,6 %, que na Bahia, 12,3%, já o segundo é mais representativo no Estado, 21,5 %, do que quando comparado com o Brasil. Destaca-se ainda como um motivo relevante, o fato de que muitos empreendimentos são formados como condição para ter acesso a financiamento e outros apoios como de agências de fomento por exemplo.

De acordo com os dados coletados os recursos para iniciar as atividades dos empreendimentos (quando se aplica), é em sua maioria de origem dos próprios associados, decorrentes de empréstimos e também de doações.

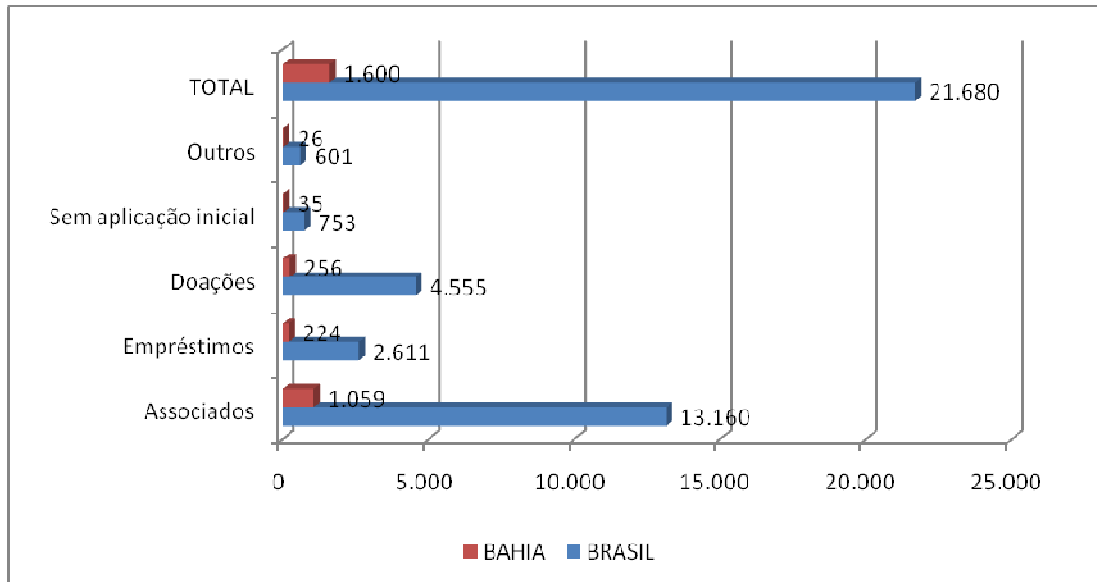


Gráfico 6- Origem dos Recursos- Brasil e Bahia

Fonte: Brasil, 2009 a.

Os recursos oriundos dos próprios associados correspondem a 60,7 % dos empreendimentos que indicaram a origem. Para a Bahia os recursos iniciais, em sua maioria, também são de aplicação dos associados (66,2 %). A segunda origem mais relevante são as doações com participação de 21 % Brasil e 16 % Bahia. Os empréstimos correspondem a 12% como fonte inicial de recursos no Brasil e 14% no Estado da Bahia. Houve ainda empreendimentos que declararam que a atividade não exigiu aplicação inicial de recursos, 3,4 % no Brasil, e, 4,6 % na Bahia. Porém não há descrição no SIES quanto à atividade e/ou tipologia destes empreendimentos.

Dos 21.859 Empreendimentos de Economia Solidária pouco mais de 17 % tiveram acesso a crédito. Na Bahia o percentual dos que tiveram acesso a crédito é bem próximo do índice a nível nacional 16,5 %. A questão de acesso a crédito é fundamental para qualquer tipo de atividade econômica seja organizada nos moldes capitalista ou sob a forma de Economia Solidária, e para este segmento percebe-se que os números são muito pequenos em relação à quantidade de empreendimentos existentes.

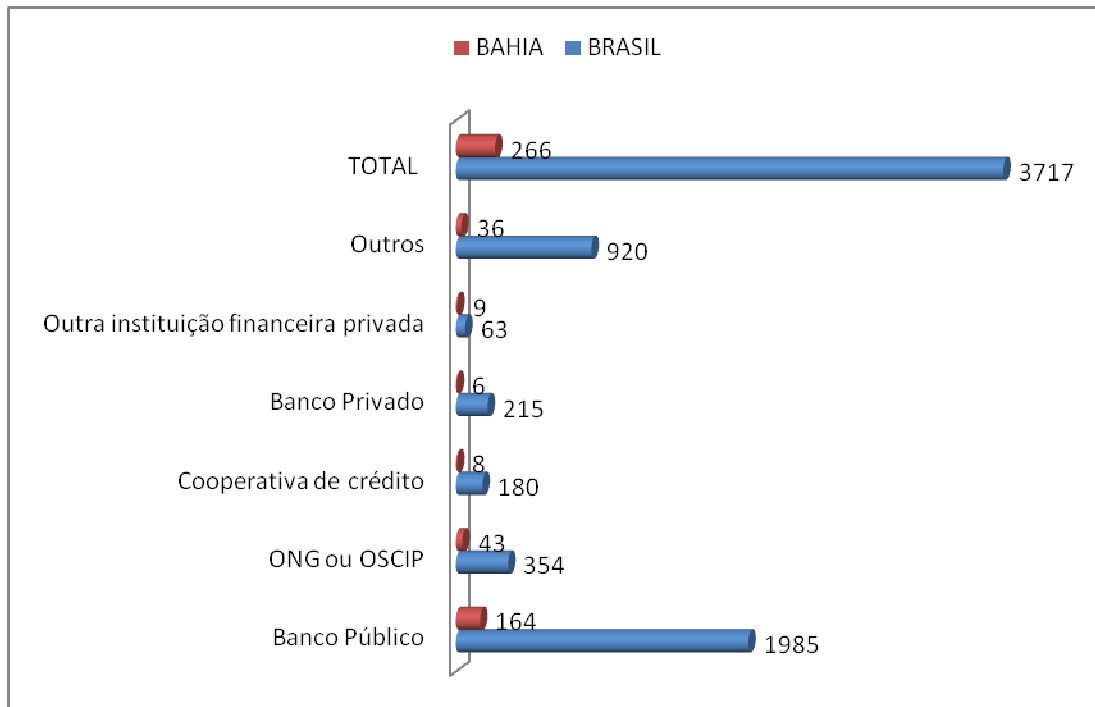


Gráfico 7- Fontes de Crédito ou Financiamento- Brasil e Bahia

Fonte: Brasil, 2009 a.

Os principais agentes fornecedores estão agrupados no gráfico acima. No Brasil, do total de crédito fornecido 53,4 % são de Bancos Públicos, para a Bahia a estes atenderam a 61,7 % dos empreendimentos que acessaram crédito ou financiamento. As ONGS ou OSCIPS Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS) aparecem na vice-liderança com 9,5 % no fornecimento de crédito a nível nacional e 16,2 % para os empreendimentos localizados na Bahia. As Cooperativas de Crédito são importantes agentes de desenvolvimento local, mas têm uma participação relativa muito pequena no crédito fornecido, de 4,8% e 3%, Brasil e Bahia, respectivamente. Talvez este fato seja uma sinalização quanto à atuação do segmento cooperativista ou mesmo para os formuladores de políticas públicas que poderiam utilizar-se destes agentes como difusores de recursos, visto que as cooperativas como conhecem e estão mais próximas das realidades locais, saberiam avaliar melhor a seleção e destinação dos recursos reduzindo os riscos envolvidos neste tipo de transação e ainda dinamizando o desenvolvimento local.

Entre os empreendimentos mapeados em todo o Brasil, 46,8 % mencionaram ter dificuldade de acesso a crédito, deste 4,4 % estão na Bahia. Quando medido o número de

empreendimentos baianos em relação ao seu total, que mencionaram dificuldades, este percentual chega a 59,6 %, índice acima da média nacional, o gráfico a seguir evidencia as principais dificuldades por motivo.

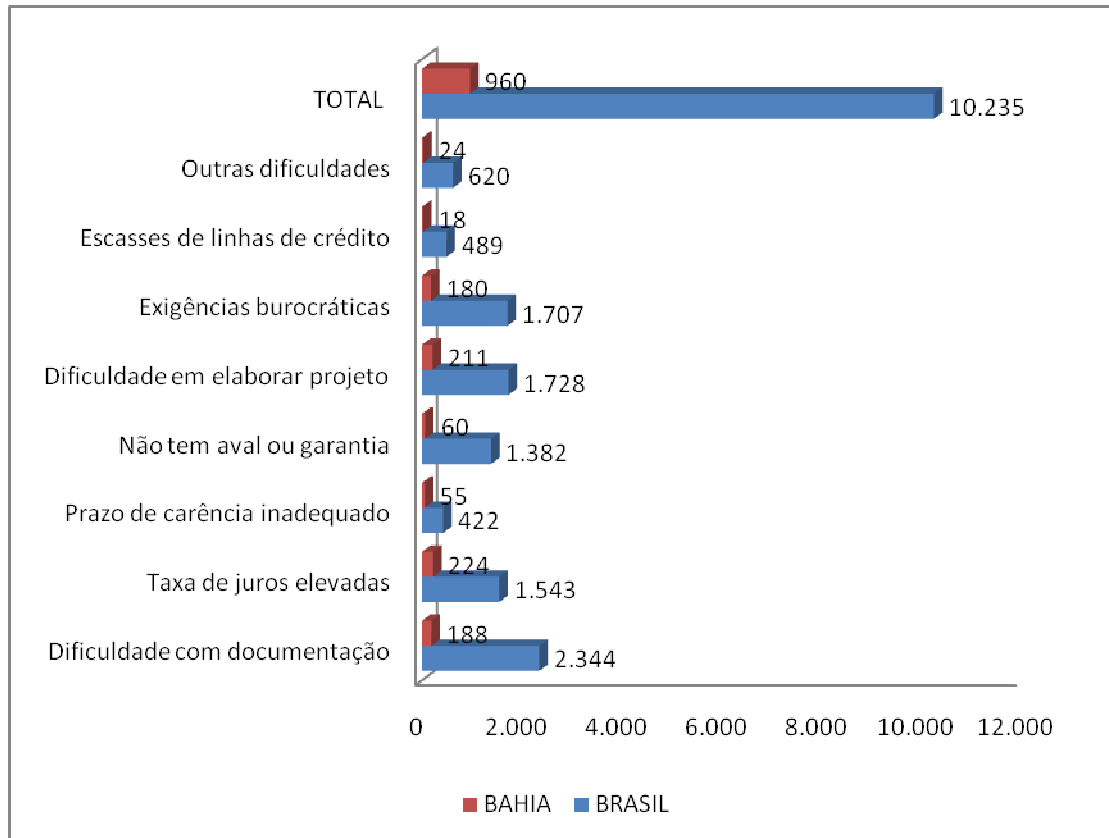


Gráfico 8- Dificuldades de acesso a crédito- Brasil e Bahia

Fonte: Brasil, 2009 a

A maior dificuldade está relacionada à ausência de documentação exigida pelo agente financeiro, ou seja, o empreendimento não possui estes documentos, compreendendo 22,9 % dos empreendimentos que tiveram dificuldade, o mesmo motivo atinge 19,6 % dos ESS baianos. Isto reflete o alto grau de informalidade das iniciativas empreendedoras de Economia Solidária. Destacando que 36,5 % destes são constituídos por grupos informais conforme constatou o estudo realizado pelo SENAES. As demais limitações estão relacionadas à dificuldade e/ou falta de apoio na elaboração de projetos (Brasil 19,9 %; Bahia 22 %), exigências burocráticas (Brasil 16,7 %; Bahia 18,7 %), taxa de juros elevadas (Brasil 15,1 %; Bahia 23,3%), falta de aval ou garantia (Brasil 13,5%; Bahia 6,2%), falta de linha de crédito

(Brasil 4,8 %; Bahia 1,9 %), prazo de carência inadequado (Brasil 4,1 %; Bahia 5,7 %). Estas dificuldades refletem a necessidade de formatação de políticas públicas adequadas às iniciativas enquadradas no modelo de Economia Solidária, para que estes empreendimentos consigam sobreviver e gerar seus efeitos sociais de forma ampla e multiplicadora.

A composição ou finalidade da demanda por crédito é outra variável importante revelada pelo estudo do SENAES. Do total de empreendimentos mapeados 76,3% são demandantes de algum tipo de crédito e/ou financiamento, na Bahia este índice chega a 86,1 % dos estabelecimentos pesquisados. O SENAES classificou esta demanda em três grupos básicos, como evidencia o gráfico a seguir.

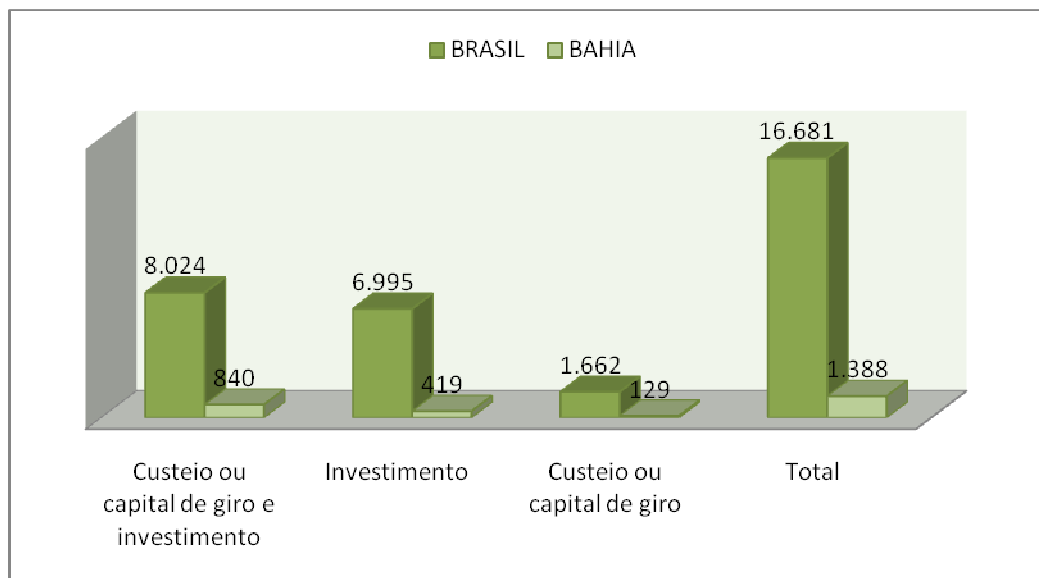


Gráfico 9- Finalidades do Crédito/Financiamento - Brasil e Bahia

Fonte: Brasil, 2009 a

O primeiro grupo que representa custeio ou capital de giro e investimento conjuntamente representa 48,1% da demanda por crédito para todo o Brasil, na Bahia 60,5 % dos empreendimentos são caracterizados por este tipo de demanda. Os que demandaram somente crédito para investimento são 41,9 % a nível nacional e entre os localizados na Bahia 30 %, os que demandaram apenas capital de giro são 10 % no Brasil e 9,3 % na Bahia. Desta forma percebe-se que a maioria dos empreendimentos busca mais de um tipo de linha de crédito, destacando que este tipo de demanda no Estado da Bahia é mais acentuada do que o índice para o Brasil.

2.3 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS EES NA BAHIA

A Bahia está dividida em 26 territórios de identidades que engloba municípios com características econômicas e espaciais próximas. Destes apenas dois não foram mapeados (Bacia do Paramirim e Itapetinga), a seguir a relação de EES por território é apresentada.

Tabela 1- Quantidades de EES por território de identidade

| TERRITÓRIO | Nº EES | PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%) |
|-------------------------------------|-------------|---------------------------|
| IRECÊ | 48 | 3,0 |
| VELHO CHICO | 65 | 4,0 |
| CHAPADA DIAMANTINA | 65 | 4,0 |
| SISAL | 133 | 8,3 |
| LITORAL SUL | 16 | 1,0 |
| BAIXO SUL | 32 | 2,0 |
| EXTREMO SUL | 90 | 5,6 |
| VALE DO JEQUIRIÇÁ | 18 | 1,1 |
| SERTÃO DO SÃO FRANCISCO | 152 | 9,4 |
| OESTE BAIANO | 51 | 3,2 |
| SERTÃO PRODUTIVO | 218 | 13,5 |
| PIEMONTE DO PARAGUAÇÚ | 28 | 1,7 |
| BACIA DO JACUÍPE | 33 | 2,0 |
| PIEMONTE DA DIAMANTINA | 3 | 0,2 |
| SEMI-ÁRIDO NOSDESTE II | 97 | 6,0 |
| AGRESTE DE ALAGOINHAS/LITORAL NORTE | 88 | 5,5 |
| PORTAL DO SERTÃO | 53 | 3,3 |
| VITÓRIA DA CONQUISTA | 89 | 5,5 |
| RECÔNCAVO | 78 | 4,8 |
| MÉDIO RIO DE CONTAS | 5 | 0,3 |
| BACIA DO RIO CORRENTE | 31 | 1,9 |
| ITAPARICA | 57 | 3,5 |
| PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU | 60 | 3,7 |
| METROPOLITANA DE SALVADOR | 101 | 6,3 |
| TOTAL BAHIA | 1611 | 100 |

Fonte: Brasil, 2009 b.

Os Territórios com maior número de empreendimentos (mais de 100) são: O Sertão Produtivo com 218 (13,5 %), Sertão do São Francisco 152(9,4 %), Sisal 133(8,3 %) e Metropolitana de Salvador 101(6,3%). Estes quatro pólos abrangem 37 % dos empreendimentos do Estado. A maior parte dos territórios (onze dos vinte e quatro pesquisados) tem entre 50 a 100 empreendimentos, estes somam 793 EES e representam 49 % do total. Os territórios com menor número de empreendimentos (abaixo de 20) são quatro Vale do Jequiriçá 18 (1,1 %),

Litoral Sul (1 %), Médio Rio de Contas, 5 (0,3 %) e Piemonte da Diamantina 3 (0,2 %). A Bacia do Jacuípe que abriga um empreendimento que será objeto de estudo deste trabalho tem 33 EES, participando com 2 % do total.

2.4 TRABALHADORES OCUPADOS NO ESS BAIANOS

Nos Empreendimentos de Economia solidária situados na Bahia estão ocupados cerca de 121.121 trabalhadores distribuídas em todos os territórios pesquisados.

Tabela 2- Número de trabalhadores por território

| TERRITÓRIO | Nº DE TRABALHADORES | PARTICIPAÇÃO RELATIVA(%) |
|-------------------------------------|---------------------|--------------------------|
| IRECÊ | 2.606 | 2,2 |
| VELHO CHICO | 4.168 | 3,4 |
| CHAPADA DIAMANTINA | 5.987 | 4,9 |
| SISAL | 11.704 | 9,7 |
| LITORAL SUL | 736 | 0,6 |
| BAIXO SUL | 1.874 | 1,5 |
| EXTREMO SUL | 7.747 | 6,4 |
| VALE DO JEQUIRIZÁ | 592 | 0,5 |
| SERTÃO DO SÃO FRANCISCO | 5.400 | 4,5 |
| OESTE BAIANO | 7.823 | 6,5 |
| SERTÃO PRODUTIVO | 18.349 | 15,1 |
| PIEMONTE DO PARAGUAÇÚ | 1.565 | 1,3 |
| BACIA DO JACUÍPE | 9.383 | 7,7 |
| PIEMONTE DA DIAMANTINA | 146 | 0,1 |
| SEMI-ÁRIDO NOSDESTE II | 4.450 | 3,7 |
| AGRESTE DE ALAGOINHAS/LITORAL NORTE | 4.114 | 3,4 |
| PORTAL DO SERTÃO | 8.104 | 6,7 |
| VITÓRIA DA CONQUISTA | 5.618 | 4,6 |
| RECÔNCAVO | 9.135 | 7,5 |
| MÉDIO RIO DE CONTAS | 1.293 | 1,1 |
| BACIA DO RIO CORRENTE | 1.093 | 0,9 |
| ITAPARICA | 2.689 | 2,2 |
| PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU | 2.352 | 1,9 |
| METROPOLITANA DE SALVADOR | 4.193 | 3,5 |
| TOTAL BAHIA | 121.121 | 100 |

Fonte: Brasil, 2009 b.

São nos dois territórios com maior número de empreendimentos que está a maior quantidade de pessoas ocupadas o Sertão Produtivo com 18.349 trabalhadores (15,1%) e o Sisal com 11.704 (9,7 %). Merecem destaques os territórios da Bacia do Jacuípe com 9.383, o Recôncavo 9.135 e Portal do Sertão, com 8.104. A maior parte dos territórios, (onze dos vinte e quatro pesquisados), está na faixa de 1.000 a 5.000 trabalhadores e representam 25 % da mão-de-obra ocupada. Apenas três territórios têm menos de 1.000 trabalhadores empregados em seus empreendimentos, Litoral Sul, com 736 trabalhadores, Vale do Jequiriçá, 592 e Piemonte da Diamantina, 146.

2.5 PRODUTOS MAIS FREQUENTES NOS EES BAIANOS

A tabela apresenta os três produtos mais freqüentes em cada um dos 24 territórios onde foi realizado o mapeamento.

| TERRITÓRIO | PRODUTO |
|-------------------------------------|---------------------------------------|
| IRECÊ | Milho, Mandioca e Alface |
| VELHO CHICO | Milho, Feijão e Boneca |
| CHAPADA DIAMANTINA | Milho, Leite e Mel |
| SISAL | Milho, Farinha de Mandioca e Mel |
| LITORAL SUL | Milho, Feijão e Farinha de Mandioca |
| BAIXO SUL | Farinha de Mandioca, Milho e Couve |
| EXTREMO SUL | Milho, Leite e Bijuterias |
| VALE DO JEQUIRIÇÁ | Bonecas, Tapetes e Leite |
| SERTÃO DO SÃO FRANCISCO | Milho, Mel e Peixe |
| OESTE BAIANO | Milho, Arroz e Feijão |
| SERTÃO PRODUTIVO | Milho, Feijão e Leite |
| PIEMONTE DO PARAGUAÇÚ | Mel, Milho e Abacaxi |
| BACIA DO JACUIPE | Milho, leite e Mel |
| PIEMONTE DA DIAMANTINA | Feijão, Frango, Água Sanitária |
| SEMI-ÁRIDO NOSDESTE II | Milho, Mel e Feijão |
| AGRESTE DE ALAGOINHAS/LITORAL NORTE | Milho, Farinha de Mandioca e Mandioca |
| PORTAL DO SERTÃO | Milho, Doces e Bordados |
| VITÓRIA DA CONQUISTA | Milho, Farinha de Mandioca e Cachaça |
| RECÔNCAVO | Milho, Farinha de Mandioca e Mandioca |
| MÉDIO RIO DE CONTAS | Café, Peixe e Bijuterias |
| BACIA DO RIO CORRENTE | Milho, Leite e Farinha de Mandioca |
| ITAPARICA | Milho, Feijão e Farinha de Mandioca |
| PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU | Milho, Feijão e Mel |
| METROPOLITANA DE SALVADOR | Confecções, Bonecas e Doces |

Quadro 2- Produtos mais freqüentes nos ESS da Bahia

Fonte: Brasil, 2009 b.

O milho é de longe o produto que se destaca: 20 territórios o citam como um dos três produtos mais encontrados nos empreendimentos, e 18 como o produto mais freqüente. O leite, a farinha de mandioca, a mandioca, o mel e o feijão também aparecem bastante citados em diversos territórios, como item mais freqüente de produção dos empreendimentos (BRASIL, 2009 b).

De forma geral, os produtos alimentícios constituem o essencial da produção dos Empreendimentos Econômicos Solidários na maioria dos territórios da Bahia. Em alguns territórios, no entanto, a tendência é outra, como por exemplo, da Metropolitana de Salvador, onde o aproveitando o potencial turístico da região, os dois produtos mais freqüentes são confecções e bonecas, e o Vale do Jequiçá, com bonecas e tapete (BRASIL, 2009b).

Na realidade, existe uma diversidade de produtos oriundos dos empreendimentos e de cadeias de produção, além daqueles mencionados acima. Devem ser citados diversos tipos de artesanato, a fruticultura e a alimentação em geral. Vale ressaltar que produtos agrícolas podem servir de matéria prima para produtos alimentícios, para alimentação de animais e consumo da população local e apóiam-se numa estrutura de produção diversificada, característica da agricultura familiar (BRASIL, 2009b).

3 O MOVIMENTO COOPERATIVO: CONTEXTO HISTÓRICO

A revolução industrial, no início do século XIX, registrou em sua memória a mais acentuada forma de subjugação do trabalho ao capital. Como reação deflagrou-se grandes movimentos sociais, destacando-se, entre eles, o sindicalismo e o cooperativismo. As nações palco desses movimentos foram Inglaterra, França e Alemanha, países que primeiro desenvolveram as doutrinas do liberalismo econômico e a Revolução Industrial.

A acumulação de recursos pelas classes dominantes durante o período mercantilista acabou por desaguar num surto de consumo, vindo a inflação e a elevação dos preços dos produtos agrícolas. Os proprietários de terras, que até então as arrendavam aos camponeses começaram a reservá-las para a produção própria, para o mercado ou mesmo arrendá-las por altos preços. Iniciou-se desta maneira o processo de expulsão dos camponeses para as cidades, em busca de formas de sobreviverem na nova realidade econômica.

O capitalismo surge do processo de nascimento e destruição da sociedade camponesa naquele país. A sociedade camponesa, pequeno modo de produção, surge do processo de emancipação dos servos, e o capitalismo do processo de diferenciação social em seu seio. Ao se emancipar, o servo obtém a terra (agora propriedade privada) e o fim das obrigações com o senhor feudal mas simultaneamente, perde a proteção e a segurança propiciada pelo sistema feudal, ficando à sua própria sorte. O resultado deste processo é o empobrecimento de parcela substancial destes camponeses, ao ponto de muitos perderem suas terras, tornando-se necessário vender sua força de trabalho para sobreviver, transformando-se em trabalhadores assalariados. Ao se efetivar a venda de sua força de trabalho para a pequena parcela de camponeses enriquecidos, consolida-se as condições básicas do sistema capitalista. (OLIVEIRA; RODRIGUES, 1999, p.19).

O processo produtivo modificara-se para atender a nova lógica do consumo crescente, organizando-se em sistema de fábrica. A mão de obra liberada do campo convulsionou a precária infra-estrutura urbana nas cidades e trabalhava por salários muito baixos, aquém de sua própria reprodução e sob condições insalubres.

O liberalismo passou a ser a doutrina dominante na Europa Ocidental e o interesse individual passou a ser considerado como principal alavanca para o progresso. A livre concorrência e a não-intervenção do Estado em assuntos econômicos estabeleceram as diretrizes para a

concentração dos fatores produtivos, mediante o qual surgiram conflitos de toda ordem. A burguesia dominante define como meta prioritária a acumulação de capitais, alcançada pela exploração do trabalho.

O lucro especificamente capitalista, exploração do trabalho, cria as condições, ou melhor, exige um constante aperfeiçoamento das condições de produção. Antes disto é necessário relatar que as primeiras formas de exploração do trabalho fundam-se na mais-valia-absoluta, ou seja, no processo de intensificação e ampliação da jornada de trabalho e a redução (real e/ou relativa) do salário. Nesta forma, a extração de mais-valia tinha claros limites, dado pela capacidade física do trabalhador e pelo custo de sua sobrevivência. Assim para expandir seus lucros, o capitalista deveria criar maneira mais eficiente de explorar a força do trabalho, daí surge a mais-valia-relativa, que se funda na exploração da produtividade do trabalho. Para se aumentar a produtividade era necessário melhor organização do processo de trabalho e incorporação de novas máquinas e equipamentos, assim surge o processo de acumulação, tal como o conhecemos hoje. A partir daí, o capitalismo inicia seu processo de crescimento. (OLIVEIRA; RODRIGUES, 1999, p.20-21).

Na organização que se configurava, a burguesia assume também o poder político, operando em seu próprio interesse e para seu benefício, as organizações sociais foram fortemente afetadas. A grande empresa industrial, comercial e agrícola crescia. A competição se intensificava, afastando do mercado os pequenos empresários e o trabalho artesanal com suas corporações. A opção para o proletário era o assalariamento na atividade industrial, comercial e agrícola sob extensivas jornadas de trabalho que chegavam a 17 horas diárias. Nesta rotina afastava-se a possibilidade de qualquer tipo de lazer. Homens, mulheres e até crianças menores de 10 anos passaram a trabalhar diuturnamente nas fábricas, sem que isto garantisse o sustento e a satisfação das necessidades básicas da família. Uma situação de miséria configurava a vida do trabalhador assalariado, tanto urbano quanto rural. O excesso de mão-de-obra disponível dificultava a barganha, por isso, este contingente aceitava as humilhações impostas, pois ao menos estariam empregados para garantir o mínimo.

A própria dinâmica capitalista se encarregava de promover alguns ajustes. As indústrias, alternadamente, passavam por períodos de produção e lucratividade, bem como por crises cíclicas de falta de demanda e inatividade. Nestas circunstâncias, havia demissões o que agravava o quadro social. Na era da revolução industrial, os trabalhadores careciam de legislação trabalhista e previdenciária. Os detentores dos fatores produtivos preocupavam-se mais com estes do que com os trabalhadores, que vivenciavam as mais variadas dificuldades.

O crescente contingente desocupado migrava entre cidades, ao tempo em que a realidade comum de muitos criou uma identidade, favorecendo a consciência de grupo fazendo florescer sentimentos sociais que se transformariam em movimento de protesto, de defesa, de reivindicação e de libertação para esta categoria desfavorecida. Desencadeou-se um período de reflexão sobre os problemas sociais e de continuadas lutas políticas da classe operária em busca de direitos e garantias sociais. À medida que se conscientizava, o proletariado passou a unir-se em organizações de resistência, que deram base filosófica ao sindicalismo praticado hoje e em outras organizações que buscam amenizar os problemas sociais por meio da cooperação. O movimento associativo surgiu como um instrumento de defesa, dos trabalhadores face ao abandono do Estado burguês.

O ideal era baseado na criação de uma nova sociedade, mais justa e humanizada, conduzida pela força da solidariedade, da união de esforços e da cooperação. Com o fortalecimento do movimento, outros pensadores de vertente socialista e com teorias políticas convergentes aproximaram-se do segmento operário, na crítica e na luta contra o modo de produção capitalista.

Desta mobilização de trabalhadores, surge a organização cooperativa que, no ano de 1844, no Bairro de Rochdale na cidade de Manchester- Inglaterra, instala o primeiro empreendimento cooperativo. Nascia a sociedade dos probos de Rochdale, conhecida como a primeira cooperativa moderna do mundo. Ela criou os princípios morais e a conduta que são considerados, até hoje, a base do cooperativismo autêntico. Em 1848, já eram 140 membros e, doze anos depois chegaram a 3.450 sócios com um capital de 152 mil libras (OCB SESCOOP, 2009).

3.1 PRINCÍPIOS E SISTEMA DO COOPERATIVISMO

A definição Oficial e mais recente da Aliança Cooperativa Internacional (ACI)⁵, (1995, apud PINHEIRO, 2008) explicitada na Declaração de Identidade Cooperativa que foi elaborada no Congresso de Manchester (1995) é a seguinte, Cooperativa é uma associação de pessoas que se organizam, espontaneamente, para atender demandas de ordem econômica, social e cultural

⁵ É uma organização não-governamental independente que congrega, representa e presta assistência às organizações cooperativas do mundo todo, Sediada em Genebra, Suíça.

comuns, através de empreendimentos democraticamente geridos e de propriedade coletiva. Portanto em uma organização desta natureza, é imprescindível, que os envolvidos estejam imbuídos de sentimento de reciprocidade, ainda que busquem também o atendimento de suas necessidades particulares. No intuito de direcionar suas ações o movimento cooperativo é dotado de sete princípios básicos que são:

1. Adesão livre e voluntária: As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo, ou de ordem social, racial, política e religiosa.
2. Gestão democrática pelos membros: As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, os quais participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. Os cooperantes exercem seu direito de votar em iguais condições.
3. Participação econômica dos membros: Os sócios contribuem equitativamente para o capital de suas cooperativas e controlam esse capital democraticamente. Dessa forma, as sobras ou perdas apuradas em cada exercício são distribuídas proporcionais as suas operações entre os sócios. Em caso de sobras pode-se: investir no desenvolvimento da cooperativa através dos fundos, distribuição e apoio a outras atividades aprovadas em assembléia.
4. Autonomia e independência: Como organizações autônomas e de ajuda mútua, são controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo devem fazê-lo em condições, de sempre, assegurar o controle democrático pelos seus membros e manter a autonomia da cooperativa.
5. Educação, Formação e Informação: As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, para o aprimoramento de conhecimento, com o objetivo de buscar seu eficaz desenvolvimento. Informa ao público em geral sobre a natureza e as vantagens da cooperação, assim como sobre sua situação através de uma política de transparência.
6. Intcooperação: As cooperativas servem mais eficazmente aos seus membros e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando em conjunto com as estruturas

cooperativas existentes na localidade e nos âmbitos, regionais, nacionais e internacionais.

7. Interesse pela comunidade: As cooperativas trabalham para o fortalecimento e o desenvolvimento sustentado das suas comunidades, através de políticas aprovadas por seus membros.

Quanto à estrutura organizacional as cooperativas dividem-se em três níveis. Cooperativa singular ou de 1º grau, é a célula embrionária do sistema, a qual estabelece o vínculo inicial do cooperado e lhe possibilita o acesso aos serviços oferecidos; cooperativas centrais e federações de cooperativas, ou de 2º grau reúnem uma gama de cooperativas de um determinado âmbito espacial/regional buscando economias de escala e representando os interesses comuns; e confederações de cooperativas, ou de 3º grau atuam no sentido de orientar e coordenar as atividades das afiliadas e mesmo operar em situações em que as ações estejam além da capacidade das unidades de segundo nível.

Este modelo de integração vertical visa à defesa em conjunto, dos ideais cooperativos, alcance de economias de escala para seus negócios e mesmo uma força política para o exercício da representação. Favorece um posicionamento mais robusto diante da competição capitalista, conforme descrevem Soares e Melo Sobrinho (2008).

O papel desempenhado pelas cooperativas centrais na organização do setor cooperativo é visto como primordial por parte da autoridade reguladora, cabendo-lhes não só tarefas de cunho diretamente financeiro, mas também aquelas relacionadas com assunção plena de suas funções apoiadoras e controladoras dos sistemas associados, estas são tão relevantes quanto aquelas, na medida em que contribuem, diretamente, para o desenvolvimento em bases sólidas, com elevação dos padrões de qualidade do sistema, como capacitar dirigentes, organizar fundos garantidores e produzir relatórios de controle interno. (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008, p.91).

3.2 O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL

No Brasil as primeiras atividades cooperativas na modalidade de fornecimento de crédito remetem ao início do século XX, em que o Padre jesuíta Teodoro Amstadt, difundiu na região Sul do País a doutrina Cooperativista, culminando na fundação da primeira cooperativa de

crédito brasileiro no dia 28 de dezembro de 1902, baseado no modelo difundido por Raiffsen⁶, no Município de Nova Petrópolis (RS) e denominada de Caixa de Economia e Empréstimo Amstad, nome que mais tarde foi alterado, passando a ser nominada de Caixa Rural de Nova Petrópolis. Iniciativa pioneira que favoreceu a instalação de uma série de outras modalidades de cooperativas vinculadas ao fornecimento de crédito no Brasil.

Cooperativas de crédito são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objetivo a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos a vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondentes no país, além de outras operações específicas e atribuições na legislação em vigor. (PINHEIRO, 2008, p.7).

A evolução normativa do cooperativismo é caracterizada por uma série de imprecisões, mesmo quanto ao órgão responsável por sua regulação. O mais evidente conflito de competência ocorreu com a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), no ano de 1945, pois como uma significativa parcela de cooperativas que atuava no ramo de crédito era de origem rural, a supervisão até então era realizada pelos órgãos do Ministério da Agricultura. Este fato causou um impacto bastante nocivo aos empreendimentos cooperativos conforme evidenciam Soares e Melo Sobrinho, (2008)

Nesse sentido, embora as raízes do cooperativismo de crédito já estivessem fincadas, as ações governamentais de então se caracterizavam por disputa de competência entre o Ministério da Agricultura, que reivindicava para si a responsabilidade pelo setor, diante da origem essencialmente rural, e a Sumoc, em busca do exercício legal que lhe foi atribuída. O resultado foi a retração do setor que ao final dos anos 50 e início dos 60, experimentou queda no número de instituições (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008, p.71).

O equacionamento deste impasse ocorreu com a criação do Banco Central do Brasil em 31.12.1964 por meio da promulgação da lei 4.595, a partir deste marco, as cooperativas de crédito foram finalmente classificadas como instituições financeiras.

⁶ Precursor das cooperativas de crédito rural, na Alemanha do século XIX. Elaborou os 7 princípios que serviriam de base para a difusão do cooperativismo de crédito em todo mundo.

Posteriormente em 1971, a lei 5.764, conhecida como lei do cooperativismo brasileiro, define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. Esta lei, ainda em vigor, a despeito de críticas quanto a sua eficácia, foi fundamental para o aprimoramento do sistema cooperativo na modalidade de crédito. Além de que, uma série de resoluções implementadas na década de 1990 e em maior número na década de 2000, permitiu a adequação das cooperativas às novas exigências do Sistema Financeiro Nacional, bem como favoreceu que estas dispusessem de uma maior oferta de serviços e um público mais amplo.

Esses aperfeiçoamentos trouxeram como pilar básico o reconhecimento da necessidade de exigir do setor praticamente os mesmo fundamentos e princípios aplicáveis às demais instituições que compõe o SFN, a despeito de suas especificidades e pouca representatividade em relação aos ativos financeiros. Isso não apenas ajudou a fortalecer sua imagem, mas também trouxe benefícios colaterais relevantes, como progressos técnicos organizacionais, obtido a partir de esforços de aprendizagem, e melhor condições de evitar seleção o oportunismo. (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008, p.108).

Há ainda uma instituição representativa das cooperativas no país que é a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)⁷, que é responsável pela representação formal e política, além de promover, fomentar e defender o sistema cooperativista.

A seguir evidencia-se a composição e organismos do Sistema Financeiro Nacional e o enquadramento das cooperativas de crédito no organograma

⁷ Foi criada em 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo.

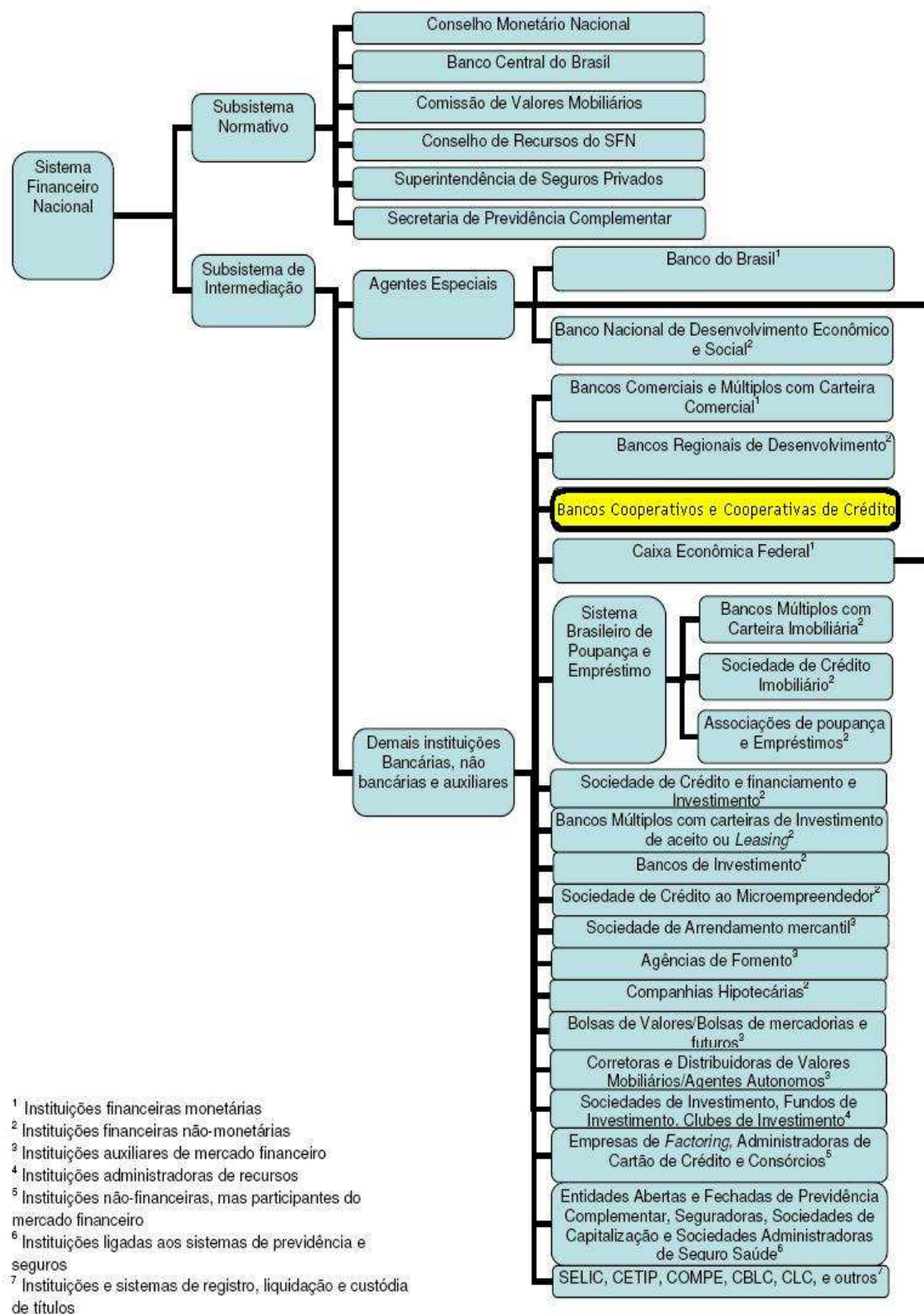


Figura 1: Organograma do Sistema Financeiro Nacional.

Fonte: Cooperativismo de crédito no Brasil e no Mundo.

3.3 PANORAMA ATUAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO PAÍS

O surgimento das cooperativas como uma modalidade de organização social, centrada nas pessoas e na melhoria das condições de vidas dos seus componentes, buscou por todo o seu processo de desenvolvimento histórico o acesso, de forma justa e humanizada, a bens e serviços que comumente os segmentos mais desfavorecidos da sociedade não alcançariam. Neste processo de busca, a modalidade de crédito também foi percebida, quase que pioneiramente, como um dos mais se não o mais relevante, visto que o acesso ao crédito é uma condição imprescindível para a dinamização do sistema econômico e da própria sociedade.

O setor cooperativista é de singular importância para a sociedade, na medida em que promove a aplicação de recursos privados e assume os correspondentes riscos em favor da própria comunidade onde se desenvolve. Por representar iniciativas diretamente promovidas pelos cidadãos, é importante para o desenvolvimento local de forma sustentável, especialmente nos aspectos de formação de poupança e de financiamento de iniciativas empresariais que trazem benefícios evidentes em termos de geração de empregos e de distribuição de renda. (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008, p.69).

O grande desafio do cooperativismo na modalidade de crédito é possibilitar que estes agentes econômicos, que estão à margem do sistema bancário tradicional tenham possibilidade de dispor de microcrédito e serviços microfinanceiros mais amplos, para que mediante a ação empreendedora melhorem a sua realidade. De acordo com estudo realizado em 2004, pelo Grupo Consultivo para Assistência aos Pobres (GCAP), (2008, apud SOARES; MELO SOBRINHO) as microfinanças são um instrumento poderoso na luta contra a pobreza. “Quando os pobres têm acesso a serviços financeiros, os seus rendimentos e ativos aumentam. Famílias pobres utilizam as microfinanças para mover-se além da subsistência diária melhoram suas condições de nutrição, habitação, saúde e educação”.

O setor cooperativo, no Brasil, vem aumentando sua participação no segmento de microfinanças. O País ocupa a 19ª posição no mundo entre os países com maior expressão no cooperativismo de crédito, mas ainda compete de forma singela no concentrado mercado bancário brasileiro.

De acordo com dados do Banco Central do Brasil (2008) o quantitativo de cooperativas de crédito no país corresponde a 1.423 cooperativas singulares, 38 centrais e 04 confederações sendo estas últimas representadas pelos sistemas Unicred Brasil, Sicoob Brasil, Sicred Serviços e a Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (Confefrás). O órgão regulador ordena esse conjunto em vertical, horizontal e independente e são caracterizadas da seguinte forma:

O primeiro busca a centralização e ganhos pela economia de escala e se caracteriza pela estrutura piramidal, com as cooperativas singulares na base, as centrais na zona intermediária e as confederações no topo. O perfil horizontal representa rede de cooperativas, solidárias, urbanas ou rurais, organizadas sob a forma radial, com diversas singulares vinculadas apenas a uma central, sem outra entidade acima desta. Por fim o bloco das independentes é representado por cooperativas que pelos mais variados motivos, possuem apenas estrutura de primeiro nível. (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008, p.109).

O segmento cooperativo na modalidade de crédito participa com menos de 3% do PIB bancário brasileiro. Quando analisada a participação no mercado sob a ótica de postos de atendimento os números são mais significativos. De acordo com o Banco Central do Brasil (2008), o País possuía 19.142 agências bancárias e mais 11.661 PAB's (postos de atendimentos bancários) e PAP's (postos de arrecadação e pagamento). Quando comparadas apenas com o número de agências bancárias o segmento cooperativo participa com 16 % do mercado bancário e quando são contabilizados PAB's e PAP's a participação representa 10,7% do total. A seguir apresentam-se outros números do cooperativismo de crédito no Brasil.

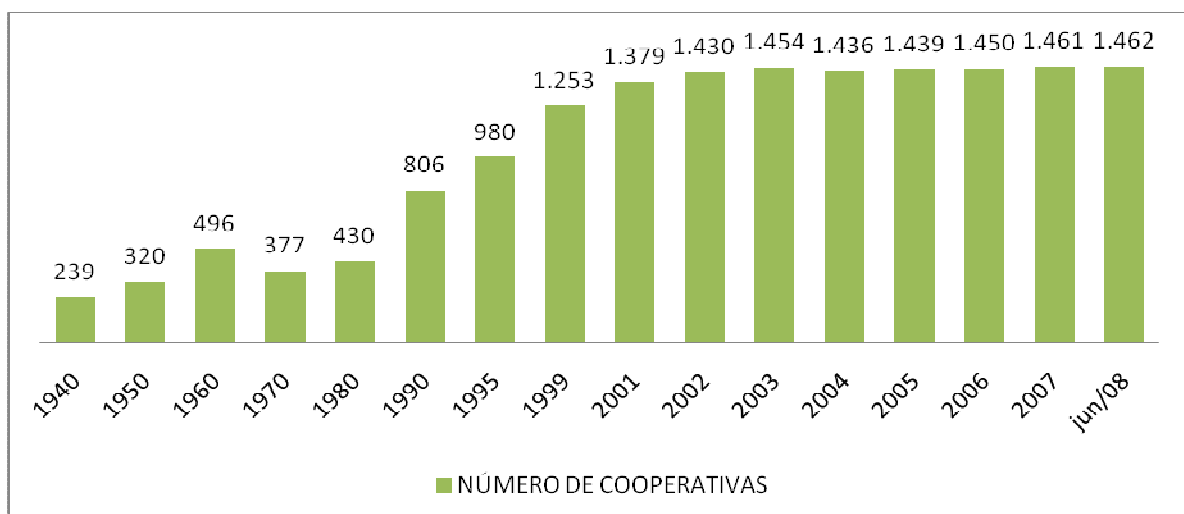


Gráfico 10- Evolução do número de cooperativas.

Fonte – BACEN - O papel do Banco Central e a importância do cooperativismo de Crédito.

Até o ano de 1970, o número de cooperativas de crédito era bem reduzido. Foi nesta década que foi promulgada a lei do cooperativismo no ano de 1971, mas é só a partir da década de 1990 que se observa um crescimento mais significativo do número de cooperativas, alcançando uma quantidade 87% maior no ano de 1990 em relação ao ano de 1980. A trajetória é ascendente em toda amplitude da série considerada, com um pequeno declínio apenas no ano de 2004, voltando a crescer logo no ano seguinte, mas só superando o número anterior ao declínio em 2007. Conforme Soares; Melo Sobrinho (2008, p. 117) “até junho de 2008, do total de 1.462 cooperativas existentes, 71,2% nasceram a partir dos anos 90, enquanto apenas 11,8% têm origem em períodos anteriores a 1979”.

Outro dado relevante no advento do cooperativismo de crédito é sua distribuição espacial no território brasileiro.

É próprio do cooperativismo de crédito contribuir para o desenvolvimento da economia local, ao promover a intermediação entre poupança e a demanda por serviços financeiros de uma mesma região-diferentemente do que ocorre com os bancos de varejo-, o que a torna indutora de correção de desigualdades regionais. Entretanto, mesmo assim, por raízes preponderantemente históricas e culturais, a distribuição do cooperativismo de crédito brasileiro ainda demonstra forte concentração nas regiões Sul e Sudeste. (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008, p.119).



Figura 2- Distribuição das cooperativas por região.

Fonte -BACEN- O papel do Banco Central e a importância do cooperativismo de Crédito.

Outro grande desafio no empreendimento do crédito cooperativo consiste em não apenas atender os menos desfavorecidos ou excluídos do sistema bancário tradicional, mas atender este público nas regiões mais pobres, pois conforme evidencia a figura 2, 75 % das unidades de oferta estão concentradas nas regiões Sul e Sudeste do País.

Quanto à participação do cooperativismo no Sistema Financeiro Nacional, depara-se com outra desigualdade nas operações de crédito e depósito, conforme evidenciam os dados do Banco Central.

Na análise da participação regional, a região Sul, pioneira nas iniciativas de cunho cooperativista e, portanto com um sistema mais sólido, detém uma participação maior tanto nas operações de crédito com 5,3%, quanto na captação de depósitos com 5,6% do que as regiões Norte e Nordeste que juntas somam respectivamente 3,2% e 1,9% nestas operações.

Tabela 3- Participação do cooperativismo no SFN, por região, data base- 31/12/2007

| REGIÕES | CRÉDITO (%) | DEPÓSITOS (%) |
|---------------|-------------|---------------|
| Norte | 2,0 | 1,2 |
| Nordeste | 1,2 | 0,7 |
| Centro-Oeste | 4,3 | 2,0 |
| Sudeste | 1,1 | 0,6 |
| Sul | 5,3 | 5,6 |
| Brasil | 2,10 | 1,30 |

Fonte- BACEN -O papel do Banco Central e a importância do cooperativismo de Crédito

Soares e Melo Sobrinho, (2008) consideram que a despeito da distonia tanto do aspecto regional, como da participação no Sistema Financeiro Nacional o modelo de crédito cooperativo está solidificando-se no país.

Mesmo diante desse quadro de desigualdades, há de se reconhecer que o movimento cooperativista de crédito cresceu no País, principalmente a partir do processo de reorganização iniciado ao final da década de 1990 que trouxe, em consequência, aprimoramento crescente das normas e consequente melhora da dinâmica operacional. Do ponto de vista dos principais agregados econômicos, verifica-se tendência crescente da participação do cooperativismo de crédito no segmento bancário, embora exista ainda grande espaço a ser ocupado. (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008, p.122).

Tabela 4- Participação das Cooperativas de Crédito nos principais agregados financeiros do segmento bancário

| Posição (dez) | Quantidade | % Patrimônio Líquido | % Ativos Totais | % Depósitos | % Operações de Crédito |
|---------------|------------|----------------------|-----------------|-------------|------------------------|
| 1997 | 1.120 | 1,4 | 0,3 | 0,3 | 0,7 |
| 1998 | 1.198 | 1,4 | 0,4 | 0,5 | 0,8 |
| 1999 | 1.253 | 1,6 | 0,6 | 0,6 | 1,0 |
| 2000 | 1.311 | 1,7 | 0,7 | 0,8 | 1,1 |
| 2001 | 1.379 | 1,8 | 0,8 | 1,0 | 1,4 |
| 2002 | 1.430 | 2,0 | 0,9 | 1,1 | 1,5 |
| 2003 | 1.454 | 2,0 | 1,1 | 1,4 | 1,8 |
| 2004 | 1.436 | 2,4 | 1,3 | 1,4 | 2,0 |
| 2005 | 1.439 | 2,6 | 1,3 | 1,3 | 2,1 |
| 2006 | 1.450 | 2,4 | 1,4 | 1,5 | 2,0 |
| 2007 | 1.462 | 2,3 | 1,3 | 1,3 | 2,1 |

Fonte- BACEN- O papel do Banco Central e a importância do cooperativismo de crédito

Na série histórica considerada a quantidade de cooperativas, no ano de 2007, é 30% superior às contabilizadas em dezembro de 1997. O patrimônio líquido do setor aumentou sua participação em 64 % para o mesmo período. Enquanto que os ativos totais e depósitos triplicaram sua participação no segmento bancário.

Um grande avanço para o movimento cooperativo ocorreu no Estado da Bahia com a instituição da lei cooperativista. A Lei nº 11.362 foi promulgada em 26 de janeiro de 2009 e estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo. Esta tem como principal objetivo estimular a atividade cooperativa e favorecer a expansão deste segmento de grande relevância para a atividade econômica e o desenvolvimento social no Estado baiano. O ganho com a instituição da lei vai além do incentivo à iniciativa, pois a partir desta define-se uma política pública específica para as cooperativas no Estado, que atuam em diversos setores da economia como produção, comercialização, crédito, trabalho etc. Assim haverá possibilidade de definir uma estratégia mais sólida e sustentável para o segmento, por meio de diversos instrumentos, em que de destaca:

- Criação do Conselho Estadual de Cooperativismo (CECOOP), órgão que será composto por representantes das Secretarias estaduais e por representantes dos organismos representativos através do qual será realizado o planejamento e avaliação das ações desenvolvidas;

- Fornecimento de assistência técnica e educativa às cooperativas;
- Concessão de incentivos fiscais e financeiros para o segmento cooperativo, com criação de linhas de crédito diferenciada para o setor.
- As cooperativas menores e que atuem em segmentos mais frágeis, poderão contar com tratamento diferenciado por parte do Poder Público Estadual no intuito de facilitar e viabilizar a atividade destas.
- As cooperativas regulares e criadas na forma da lei poderão participar de processos licitatórios do Estado, o que estimulará a produção e facilitará a comercialização para muitas cooperativas.

O pleito para a conquista de um marco regulatório para o setor envolveu uma coalizão de forças entre diversos organismos representativos e segmentos da sociedade como a Organização das Cooperativas do Estado da Bahia (OCEB), Serviço Nacional do Cooperativismo no Estado da Bahia (SESCOOP), União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), dentre outros.

4 BAIXA GRANDE: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Município e a Vila de Baixa Grande foram instituídos pela Resolução Provincial 2.0502 em 17 de Julho de 1885, ato que implicou em seu desmembramento do Município de Santana da Comissão.

Ela faz limites com os municípios de Mairi, ao norte; Macajuba, ao Sul; Ipirá, a Leste; Mundo Novo, a oeste e Pintadas, no nordeste. A sede municipal, além de está ligada a BA 052, sua principal rodovia, tem por via de acesso também a BR 407, ligando Capim Grosso ao Zuca (povoado de Boa Vista do Tupim). Seu toponímio é de origem do aspecto do local, baixo, porém, grande. A topografia do município constitui-se ainda, por uma parte plana no sul e sudeste e, ligeiramente acidentada no norte e nordeste. (OLIVEIRA, 2004, p. 20).

O município está enquadrado no território de identidade da Bacia do Jacuípe, composta por mais treze outros municípios. Localiza-se na Microrregião de Itaberaba e Mesorregião Centro-Norte Baiano, se distanciando cerca de 252 km da capital do Estado, de clima semi-árido está situado na faixa do polígono da seca. Conforme dados do IBGE, (apud SEI) a cidade possui uma área de 982,66 km² e uma densidade demográfica de 20,7hab/km².

4.1 PERFIL SOCIAL

- Demografia

A população de Baixa Grande, de acordo com o IBGE, (apud SEI), no ano de 2007, era de 20.980 habitantes, população menor que a do ano de 1991 que alcançou a marca de 21.634 habitantes conforme evidencia o quadro.

| | 1991 | 2000 |
|---------------------|--------------|--------------|
| População total | 21.634 | 20.441 |
| Urbana | 6.071 | 7.126 |
| Rural | 15.563 | 13.315 |
| Taxa de Urbanização | 28,06 | 34,86 |

Quadro 5- População municipal 1991 e 2000
Fonte: PNUD, 2009

A população de Baixa Grande teve no período de 1991-2000, uma taxa de crescimento anual de -0,65 % passando de 21.634, em 1991, para 20.441, em 2000, houve diminuição da população rural e aumento da população urbana. Conforme evidenciam os números, a população rural é predominante em relação à urbana nos dois períodos observados. Em 1991, a parcela da população que vivia na zona rural correspondia a 71,9% do total contra 28,1% da população urbana. No ano de 2000, a população rural teve sua participação relativa reduzida, correspondendo a 65,1% contra 34,9 % da população urbana. Ainda assim, com o decréscimo da população rural em relação à urbana, predomina como maioria, as pessoas que vivem no território rural do município.

A taxa de urbanização cresceu 24,23 % em 2000, comparado com o ano de 1991, passou de 28,06 % neste ano para 34,86 % no ano de 2000.

Segundo o IBGE, (2009, apud SEI) a população do Município representava, no ano de 2000, 0,16% da população do Estado, e 0,01% da população do País.

Numa análise ano a ano percebe-se a variação populacional do Município, tomando como base a série histórica de 1997 a 2007, observa-se uma variação negativa do número de habitantes, de 1997 até 2006, com pequeno crescimento no ano de 2007, conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 6- Variação da população- 1997 a 2007

| ANO | POPULAÇÃO | VARIAÇÃO % |
|------------|------------------|-------------------|
| 1997 | 21093 | - |
| 1998 | 21040 | -0,003 |
| 1999 | 20986 | -0,003 |
| 2000 | 20441 | -0,026 |
| 2001 | 20275 | -0,008 |
| 2002 | 20190 | -0,004 |
| 2003 | 20073 | -0,006 |
| 2004 | 19829 | -0,012 |
| 2005 | 19694 | -0,007 |
| 2006 | 19562 | -0,007 |
| 2007 | 20.980 | 0,072 |

Fonte: SEI, 2009.

Apesar da frequência de queda por nove anos consecutivos não há estudos que evidenciem o motivo ou causa geradora da redução da população no Município, evento este que se repetiu no mesmo período, em três das cinco cidades fronteiriças à Baixa Grande e com maior

população, são elas, Mairí, Ipirá e Mundo Novo, enquanto as duas de menor população, Pintadas e Macajuba tiveram taxas de crescimento populacional positiva.

Pode-se conjecturar que esta redução deve-se a migração de pessoas, trabalhadores e estudantes, para centros econômicos mais dinâmicos e com melhores oportunidades de empregos, visto que o município possui uma baixa diversificação em atividades geradoras de postos de trabalho. A hipótese da migração como fator de redução da população ganha robustez, quando analisamos indicadores de longevidade, mortalidade e fecundidade para o período, pois se estes indicadores, em especial os dois primeiros, estão melhorando a tendência natural (tudo o mais mantido constante) seria que a população crescesse ao invés de cair.

| | 1991 | 2000 |
|--|------|------|
| Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos) | 58,3 | 29,3 |
| Esperança de vida ao nascer (anos) | 62,2 | 69,2 |
| Taxa de fecundidade total (filhos por mulher) | 3,6 | 2,8 |

Quadro 6- Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade 1991-2000

Fonte: PNUD, 2009.

No período considerado, a taxa de mortalidade infantil do município diminuiu 49,83 % passando de 58,3 por mil nascidos vivos, em 1991, para 29,3 por mil nascidos vivos em 2000, e a esperança de vida ao nascer cresceu 6,98 anos, passando de 62,2 anos, em 1991, para 69,2 anos, em 2000. Nesta perspectiva e na ausência de um estudo apurado, o efeito migratório e a queda na taxa de fecundidade são os motivos mais aparentes da redução da população no período considerado.

- Habitação

Um dos grandes problemas do processo de urbanização mantém uma relação estreita com a questão da moradia. Nos grandes centros urbanos o inchaço causado pela migração e o crescimento desordenado impactam diretamente na qualidade de vida e condições de moradia das regiões periféricas. Nas cidades interioranas de pequeno porte, a exemplo de Baixa Grande, este não é o problema mais preocupante. Isto não quer dizer que não exista, mas as disparidades neste aspecto são menos evidentes e a urbanização, ainda que precária, não provoca os mesmos estrangulamentos que ocorre nas cidades maiores. A seguir evidenciam-se dados ligados á habitação e acesso a bens que sinalizam o grau da qualidade habitacional de uma população.

| SERVIÇOS BÁSICOS | BAIXA GRANDE | | SALVADOR | |
|------------------|--------------|------|----------|------|
| | 1991 | 2000 | 1991 | 2000 |
| ÁGUA ENCANADA | 19,2 | 26,1 | 86,2 | 93 |
| ENERGIA ELÉTRICA | 42,3 | 55,8 | 99,5 | 99,8 |
| COLETA DE LIXO | 56,9 | 63,4 | 77,7 | 93,2 |

Quadro 7- Acesso a serviços básicos

Fonte: PNUD, 2009

Analisando-se os dados de acesso a serviços básicos fica evidente que quanto mais urbanizado for o município, maior parcela da população terá acesso a estes serviços. Comparando-se o acesso aos serviços básicos da população baixa-grandense aos habitantes da capital do Estado, que possui a maior taxa de urbanização, dentre todos os municípios, isto fica ainda mais evidente. Em Baixa Grande, no ano de 2000, apenas 26,1 % da população dispunha do acesso a água encanada contra 93% da população soteropolitana, em relação á oferta de energia elétrica 55,8% da população era usuária do serviço enquanto que em Salvador o índice chega a 99,8% e referente à coleta de lixo para o mesmo período Baixa Grande atinge 63,4% contra 93,2% dos habitantes da capital. Isto indica que há uma margem grande para ser alcançada pelos gestores locais da cidade de Baixa Grande em relação a oferta de serviços públicos.

A mesma análise se repete para o acesso a bens de consumo como televisão, geladeira, telefone e computador.

| BENS DE CONSUMO | BAIXA GRANDE | | SALVADOR | |
|-----------------|--------------|------|----------|------|
| | 1991 | 2000 | 1991 | 2000 |
| GELADEIRA | 19,1 | 31,5 | 84,4 | 91,7 |
| TELEVISÃO | 19,7 | 44,8 | 84,7 | 94,8 |
| TELEFONE | 0,5 | 3,9 | 29,1 | 60,1 |
| COMPUTADOR | ND | 0,4 | ND | 14,1 |

Quadro 8- Acesso a bens de consumo

Fonte: PNUD, 2009

Em cidades como Salvador que têm sua população eminentemente urbana e com acesso a energia elétrica, a população dispõe massivamente de bens de consumo do segmento eletro-eletrônico. Em Baixa Grande, no ano de 2000, 65,1 % da população vivia na zona rural do município em localidades que não dispunha de energia elétrica impossibilitando a utilização de bens desta natureza. Por isto, dentre outros fatores, no comparativo a uma diferença tão substancial entre os municípios de Baixa Grande e de Salvador.

- Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa constituída por três outros sub-índices, são eles: riqueza, educação e esperança média de vida. O IDH como medida global varia de zero (desenvolvimento humano nulo) até 1 (total desenvolvimento humano), obedecendo a seguinte classificação : de 0 a 0,499 baixo desenvolvimento humano, entre 0,500 e 0,799 médio e entre 0,800 e 1 o desenvolvimento humano é considerado alto.

A seguir são apresentados dados de desenvolvimento humano do Município de Baixa Grande e o global do Estado para os anos de 1991 e 2000.

Tabela 7- Comparativo IDH Baixa Grande e Bahia

| INDICADORES | BAIXA GRANDE | | | BAHIA | | |
|----------------------------------|--------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 1991 | 2000 | VAR % | 1991 | 2000 | VAR % |
| Índice de Desenvolvimento Humano | 0,508 | 0,66 | 0,299 | 0,59 | 0,688 | 0,166 |
| Educação | 0,512 | 0,755 | 0,475 | 0,615 | 0,785 | 0,276 |
| Longevidade | 0,619 | 0,736 | 0,189 | 0,582 | 0,659 | 0,132 |
| Renda | 0,379 | 0,49 | 0,293 | 0,572 | 0,62 | 0,084 |

Fonte: PNUD, 2009

De acordo com os dados da tabela percebemos que para o período observado (1991-2000), O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Baixa Grande teve uma melhoria considerável em relação á média do Estado (que considera todos os municípios conjuntamente), enquanto Baixa Grande saiu de 0,508, em 1991, e atingiu 0,660, em 2000, evolução de 29,92% , o percentual de crescimento a nível estadual foi de 16,61%.

Tanto na esfera municipal quanto estadual, o subindicador que mais contribuiu para a evolução do IDH foi a Educação com 53,1% no Município e 57,6 %, no estado, seguidos em 25,5% e 26,1% para a longevidade no Município e estado respectivamente e pela renda com uma contribuição de 21,4 % em Baixa Grande e 16,3% no Estado. Individualmente a taxa de crescimento de cada indicador no Município foi melhor do que o desempenho apresentado para o Estado como um todo, mas este ocupa uma posição inferior em relação ao Estado tanto no índice geral e em dois dos subíndices que são educação e renda, apenas em longevidade a posição do Município está melhor que o Estado.

Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (distância entre o IDH do Município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1) foi reduzido em 30,9% já para o Estado a melhora representou 23,9%, diferença de 7 pontos percentuais acima do realizado pelo Estado. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o Município levaria 11 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 6,6 anos para alcançar Salvador (BA), o município com melhor IDH-M do Estado (0,805). (PNUD, 2009).

O IDH-M chegou em 2000 a 0,660. De acordo com a classificação do PNUD, a cidade está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Na comparação com outros municípios do Brasil, Baixa Grande apresenta uma situação intermediária: ocupa a posição 3597^a, havendo 3596 municípios (65,3%) em melhor situação e 1910 (34,7%) estão em situação igual ou pior. Quando comparado com os demais municípios do Estado, a cidade apresenta uma situação boa: Ocupa a 74^a posição, havendo 73 municípios (17,6%) em situação melhor e 341 municípios (82,4%) estão em situação igual ou pior (PNUD, 2009).

- Renda

O nível de renda da população está diretamente relacionado com a dinâmica da economia em que está inserida. Cidades com grande diversidade da atividade econômica, mão-de-obra qualificada e de alta produtividade dispõem de um nível de renda mais alto. Esta não é a realidade dos municípios interioranos do nordeste a exemplo de Baixa Grande com características agrícolas de baixa produtividade e pouco diversificada. Na tabela a seguir há demonstração de indicadores de renda, pobreza e desigualdade.

Tabela 8- Renda, Pobreza desigualdade Baixa Grande e Bahia

| INDICADORES | BAIXA GRANDE | | | BAHIA | | |
|--------------------------------------|--------------|------|----------|-------|-------|----------|
| | 1991 | 2000 | VAR % | 1991 | 2000 | VAR % |
| Índice de Gini | 0,44 | 0,56 | 0,273 | 0,66 | 0,67 | 0,015 |
| Renda per capita média (R\$ de 2000) | 40,8 | 73,3 | 0,797 | 119,7 | 160,2 | 0,338 |
| Proporção de Pobres (%) | 87,1 | 70,7 | -0,188 | 67 | 55,3 | -0,175 |

Fonte: PNUD, 2009

O índice de Gini varia de 0 (caso houvesse plena igualdade de renda) a 1 (máxima desigualdade, caso uma única pessoa concentrasse toda a renda). Esta série é calculada a partir das rendas domiciliares per capita observadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Numa comparação, a taxa de crescimento da renda per capita média do Município foi maior que o crescimento obtido na média do Estado, o primeiro obteve um crescimento de aproximadamente 80 %, neste indicador este último cresceu 33,8 %. No entanto a renda per capita média em Baixa Grande é menor, visto que no Estado existem economias acentuadamente mais dinâmicas que a local. Quanto à proporção de pobres observa-se o mesmo movimento, o resultado (em taxa para o período observado), municipal foi melhor que o Estado, mas ainda mantendo uma posição inferior; em Baixa Grande a pobreza diminuiu 18,8%, passando de 87,1% para 70,7% em 2000. Por fim a desigualdade cresceu em ambos tanto no Estado como no Município, neste de forma mais acentuada, o coeficiente de Gini passou de 0,44 para 0,56 uma variação de 27,3 %.

4.2 PERFIL ECONÔMICO

Baixa Grande tem uma população predominantemente rural, 65,1 % de acordo com os dados do IBGE, (2000, apud PNUD). A vocação agropecuária, portanto é uma característica marcante no Município, com destaque para a produção de feijão, milho e mandioca. Há ainda produção de leite e mais recentemente tem-se intensificado a produção de mel com a instituição de uma associação de apicultores. O quadro a seguir evidencia a participação das três principais culturas em área plantada e colhida, quantidade produzida e valor da produção.

| Produto | Área Plantada (há) | Área Colhida (há) | Quantidade Produzida (t) | Valor (mil reais) |
|----------------|-------------------------------|------------------------------|-------------------------------------|------------------------------|
| Feijão | 2.200 | 2.200 | 660 | 1.457 |
| Mandioca | 60 | 60 | 600 | 59 |
| Milho | 600 | 600 | 180 | 71 |

Quadro 10- Indicadores das Principais Culturas em Baixa-Grande- 2007

Fonte: SEI, 2009.

Os dados disposto na tabela acima evidenciam que o direcionamento agrícola do Município está voltado para a produção de feijão. Quando se compara a produção local com a dos demais municípios do território de identidade (Bacia do Jacuípe), percebe-se esta tendência.

| Município | Área Plantada (ha) | Área Colhida (ha) | Quantidade Produzida (t) | Valor (R\$ 1.000) |
|-----------------------|--------------------|-------------------|--------------------------|--------------------|
| Baixa Grande | 2200 | 2200 | 660 | R\$ 1.457,00 |
| Capela do Alto Alegre | 350 | 350 | 21 | R\$ 63,00 |
| Gavião | 100 | 100 | 6 | R\$ 18,00 |
| Ipirá | 1000 | 1000 | 300 | R\$ 666,00 |
| Mairi | 500 | 500 | 150 | R\$ 333,00 |
| Nova Fátima | 150 | 150 | 9 | R\$ 27,00 |
| Pé de Serra | 250 | 250 | 15 | R\$ 45,00 |
| Pintadas | 800 | 800 | 240 | R\$ 527,00 |
| Quixabeira | 300 | 180 | 110 | R\$ 121,00 |
| Riachão do Jacuípe | 300 | 300 | 18 | R\$ 54,00 |
| São José do Jacuípe | 250 | 140 | 88 | R\$ 97,00 |
| Serra Preta | 800 | 800 | 240 | R\$ 533,00 |
| Várzea da Roça | 400 | 400 | 120 | R\$ 266,00 |
| Várzea do Poço | 1500 | 1300 | 938 | R\$ 985,00 |

Quadro 11- Produção de feijão dos municípios da Bacia do Jacuípe- 2007

Fonte: SEI, 2009.

Baixa-Grande dispõe da maior área plantada e colhida e do maior valor obtido na produção. No tocante a quantidade produzida o Município ocupou a segunda posição, mas a destacada qualidade do produto produzido nas suas terras consegue uma valorização melhor conforme se observa. A produção local em quantidade foi de 660 toneladas, Várzea do Poço, segundo melhor produtor da região obteve uma produção de 938 toneladas, ou seja, uma quantidade 42,1% maior que a realizada por Baixa-Grande, no entanto o valor da produção obtido por este foi 47,9% maior que o obtido por Várzea do Poço. Esta posição de liderança na região para a produção de feijão se repete segundo dados da SEI, 2009 desde o período observado de 2000 a 2007, sendo este o ano escolhido para evidenciar a tendência representativa dos demais.

A economia do Município gira também em torno da atividade pecuária, com destaque para criação de caprinos, ovinos e bovinos. Possui o segundo maior rebanho de caprinos (17,3%), o quarto rebanho de ovinos (9,2 %) e o quinto rebanho de bovinos (6,4 %), da Bacia do Jacuípe.

| Tipo de Animal | Quantidade (Cabeça) |
|----------------------------------|---------------------|
| Asininos | 593 |
| Bovinos | 27.042 |
| Caprinos | 8.164 |
| Eqüinos | 1.110 |
| Galinhas | 4.130 |
| Galos, Frangas, Frangos e Pintos | 5.948 |
| Muares | 80 |
| Ovinos | 16.987 |
| Suíños | 1.717 |

Quadro12- Efetivo de rebanho Baixa-Grande-Bahia-2007

Fonte: SEI, 2009

Segundo dados do IBGE, em 2006, Baixa Grande possuía 1.953 estabelecimentos agropecuários numa área de 21.395 hectares. Destes estabelecimentos 67 possuem tratores num total de 81 máquinas deste tipo, indicando que há propriedades com mais de um equipamento. Nestes estabelecimentos estão ocupadas 6.002 pessoas no total (com e sem laço de parentesco com o produtor), o que corresponde a 30,6% da população para o ano de 2006.

Quanto ao Produto Interna Bruto (PIB), Baixa Grande ocupa a quarta posição entre os municípios da Bacia do Jacuípe e representa segundo dados da SEI, 2006, 7,8% da riqueza produzida na região.

| Município | Produto Interno | |
|-----------------------|------------------------|-------------------------|
| | Bruto (R\$ Milhões) | PIB per capita (R\$) |
| Baixa Grande | R\$ 45,43 | R\$ 2.322,18 |
| Capela do Alto Alegre | R\$ 23,57 | R\$ 2.933,64 |
| Gavião | R\$ 10,32 | R\$ 3.350,25 |
| Ipirá | R\$ 178,56 | R\$ 2.924,07 |
| Mairi | R\$ 46,40 | R\$ 2.369,60 |
| Nova Fátima | R\$ 15,64 | R\$ 2.900,15 |
| Pé de Serra | R\$ 24,98 | R\$ 2.282,78 |
| Pintadas | R\$ 23,85 | R\$ 2.108,58 |
| Quixabeira | R\$ 19,74 | R\$ 2.122,59 |
| Riachão do Jacuípe | R\$ 81,06 | R\$ 2.976,64 |
| São José do Jacuípe | R\$ 21,37 | R\$ 3.783,44 |
| Serra Preta | R\$ 38,49 | R\$ 2.164,79 |
| Várzea da Roça | R\$ 32,07 | R\$ 2.329,26 |
| Várzea do Poço | R\$ 21,67 | R\$ 3.271,16 |

Quadro 13- PIB- Municípios da Bacia do Jacuípe- 2006

Fonte: SEI 2009

Na série histórica, de 2002-2006, Baixa Grande está entre as quatro cidades, da Bacia do Jacuípe, com maior crescimento do PIB, o qual obteve um crescimento de 61 %. O setor de serviços foi o que contribuiu de forma mais acentuada para o incremento do PIB municipal com um crescimento de 64%, seguido da atividade industrial com 62 % e agricultura com 33%.

Tabela 9- Evolução do PIB 2002-2005

| Município | Ano | Produto Interno Bruto (R\$ Milhões) | PIB per capita (R\$) | VAR % A.A. |
|--------------|------|---|----------------------------|---------------|
| Baixa Grande | 2002 | 28,15 | 1.399,98 | |
| | 2003 | 31,13 | 1.558,96 | 0,11 |
| | 2004 | 32,22 | 1.624,79 | 0,04 |
| | 2005 | 41,01 | 2.082,49 | 0,27 |
| | 2006 | 45,43 | 2.322,18 | 0,11 |

Fonte: SEI, 2009.

5 A COOPERATIVA DE CRÉDITO EM BAIXA GRANDE

Através da análise da Cooperativa de Crédito do Município de Baixa Grande, buscar-se-á compreender a sua estrutura e forma de atuação, bem como seu enquadramento ou não no que se concebe como empreendimento de economia solidária.

Numa trajetória comum com os demais pequenos municípios do semi-árido nordestino, a cidade carecia de ações públicas que favorecessem a dinamização do potencial econômico por meio do fomento da atividade agrícola. Os governantes locais, historicamente vinculados com os grandes proprietários de terras, quando não os próprios, não se interessavam pela questão do desenvolvimento local, visto que o foco destes fora sempre a manutenção do poder, preocupados sempre com o imediatismo do processo eleitoral.

A iniciativa pública na maior parte dos 124 anos do pequeno município nunca implementou um projeto que favorecesse ou sinalizasse um desenvolvimento de longo prazo, prejudicando a geração de emprego e renda e comprometendo os indicadores sociais da cidade. Noutro aspecto havia a dificuldade de acesso ao crédito para o pequeno e médio agricultor, que sem os recursos necessários para girar a produção não conseguia tirar do único recurso que dispunha – a terra – o sustento necessário para sua sobrevivência. Na conjunção destes fatores, emergia a inquietação social, refletindo sobre o problema do desenvolvimento local. Como a mudança na esfera pública (que só ocorreu no pleito de 2003) dependeria de um embate político e do processo eleitoral. As ações de mudança viriam pela iniciativa da mobilização pelo vetor econômico, que permitisse aos agentes locais o acesso ao crédito de maneira mais democrática e justa, sem que o resultado ou produto do seu trabalho viesse a ser sugado pelos juros exorbitantes dos bancos convencionais. Assim nasce o ideal de uma cooperativa de crédito, a organização da sociedade civil, de entidades não governamentais e de representação de classes do Município de Baixa Grande, que visava introduzir uma forma mais adequada de oferta de serviços financeiros e bancários, o que culminou com a fundação em 04 de novembro de 2000, da Cooperativa de Crédito Rural de Baixa Grande. A partir deste ato, outro desafio teria de ser superado, a instalação de uma sede adequada para atendimento dos associados. Para isto foram empreendidos esforços para montagem da estrutura física, seleção e capacitação do quadro técnico, o que culminou com a inauguração SICOOB GRANDE, em 01 de julho de 2001.



Figura 3: Primeira sede do Sicoob Grande, 2001

Fonte: Arquivo Sicoob.



Figura 4: Sede atual do Sicoob Grande, 2003

Fonte: Arquivo Sicoob

Com o início das atividades da cooperativa de crédito e seu aprimoramento, a população e associados passaram a dispor de uma diversidade de serviços microfinanceiros, dos quais antes parcela significativa não dispunha por não atender aos requisitos impeditivos do agente bancário tradicional. A evidência da credibilidade da instituição foi demonstrada pelo aumento do número de cooperados, que no primeiro ano passou dos 81 sócio-fundadores para 278 cooperados. Com o aumento das operações e no intuito de prestar um serviço mais cômodo á população nos serviços bancários no ano de 2003, a cooperativa mudou-se para uma nova sede a qual ocupa atualmente. Outro avanço significativo da cooperativa foi que sua

prática associativista e dinamizadora da atividade econômica local despertou o interesse de agentes de cidades vizinhas, com destaque para o Município de Ruy Barbosa, que após reivindicação de agricultores locais organizados e mediante condições favoráveis possibilitou a instalação de um PAC (posto de atendimento cooperativo), em maio de 2003.



Figura 5: Localização das agências do Sicoob Grande

Fonte: Arquivo Sicoob.

O corpo diretivo da cooperativa é constituído por um diretor presidente, um diretor administrativo, um diretor operacional, um conselho de administração com quatro componentes além de um conselho fiscal e sua suplência. Todos os membros são cooperados, e a administração ocorre dentro dos princípios da gestão democrática pelos membros. As assembleias gerais (ordinárias e/ou extraordinárias) são a principal ferramenta de decisão, onde os cooperados exercem seu direito de votar em iguais condições (1 cooperado= 1 voto).

Quanto às sobras o art. 61 do estatuto social rege “as sobras ou perdas somente serão distribuídas aos associados uma vez por ano, após o encerramento do balanço realizado no último dia do mês de dezembro de cada ano”.

Ainda conforme o art. 62 do referido estatuto, a distribuição das sobras após apurado o exercício é a seguinte:

- a. 30% para o fundo de reserva;
- b. 10% para o fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES);
- c. O saldo restante será distribuído aos associados, proporcionalmente as operações ativas e passivas realizadas com a cooperativa, conforme deliberação da assembléia geral.
- d. Fica delegado ao Conselho de Administração as decisões sobre o pagamento de juros sobre o capital integralizado e o percentual do mesmo, que não poderão ultrapassar 12% ao ano.

5.1 A COOPERATIVA EM NÚMEROS

A cada ano o desempenho da cooperativa de crédito consolida o empenho e o trabalho que vem sendo realizado. A seguir evidenciam-se alguns indicadores que revelam a solidez da instituição.

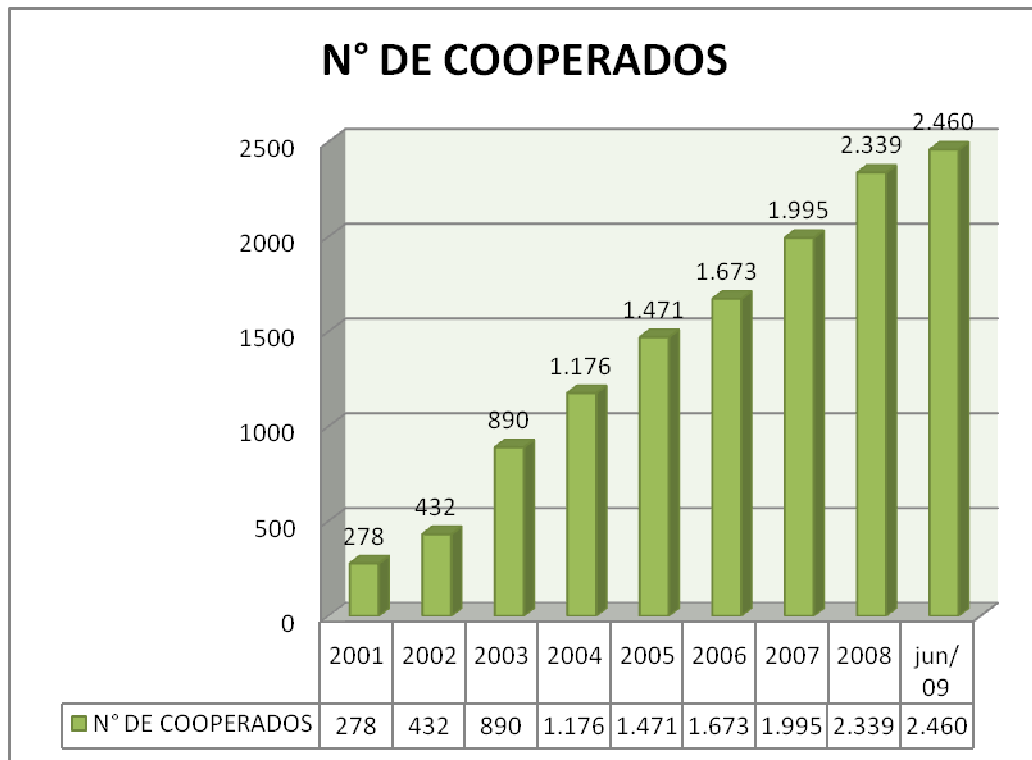


Gráfico 11: Evolução do número de cooperados

Fonte: Sicoob Grande

Na sua fundação, a cooperativa contou com 81 sócios, caracterizados como fundadores. Após o primeiro ano de atividade este número chegou a 278 cooperados, a partir do qual se desenhou uma trajetória de crescimento ano-a-ano, conforme evidencia o gráfico 11. Até o fim do primeiro semestre do ano em curso, o número de cooperados já atingia a marca de 2.460 cooperados, que dispunham dos benefícios de estarem vinculados a uma instituição financeira não apenas como clientes, mas também como proprietários, dispondo de serviços financeiros em condições mais adequadas a sua realidade.

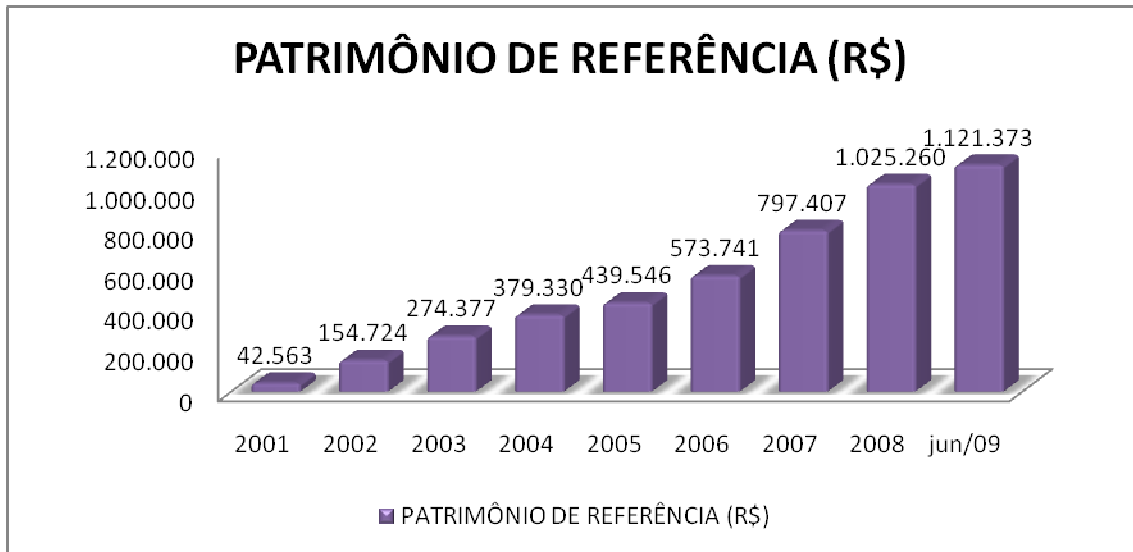


Gráfico 12: Evolução do patrimônio de referência

Fonte: Sicoob Grande

O patrimônio de referência é uma exigência normativa para as instituições financeiras, implementada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em que estabelece uma margem de capital ponderado pelo risco dos ativos de crédito destas instituições financeiras, designando o patrimônio líquido exigido.

A Cooperativa de Crédito de Baixa Grande dispõe de um consistente patrimônio de referência. Após o segundo ano de funcionamento este patrimônio mais do que duplicou em relação ao ano um, crescimento de 263 %. No ano de 2006, chegou a mais de meio milhão de reais e dois anos mais tarde 2008, ultrapassou a casa de um milhão de reais, atingindo no primeiro semestre de 2009 o valor de R\$ 1.121.373,000.

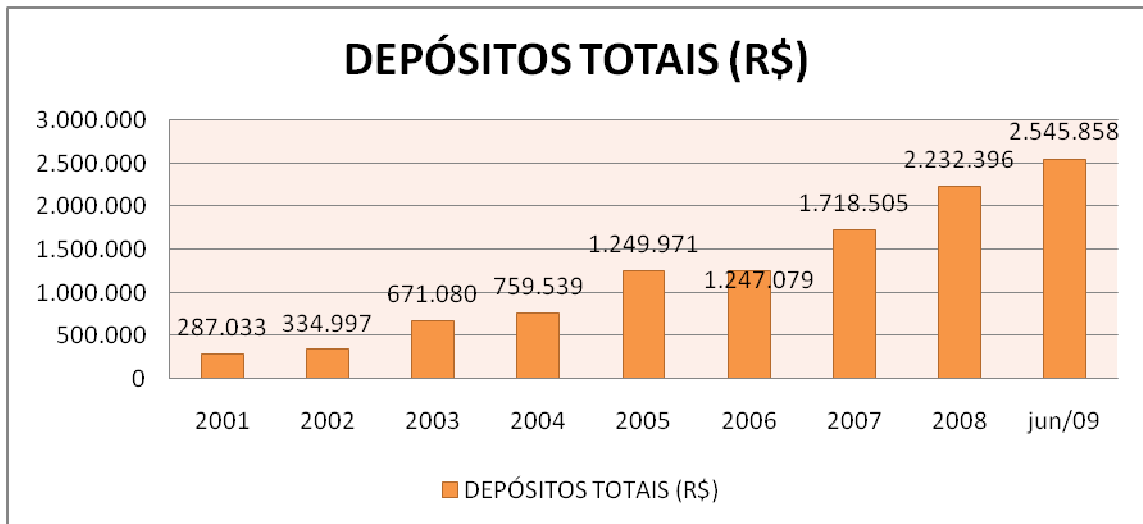


Gráfico 13: Depósitos totais- evolução anual

Fonte: Sicoob Grande

A difusão dos serviços bancários prestados pela Cooperativa à população favoreceu a credibilidade desta em realizar suas transações por meio da cooperativa. Os depósitos aumentam a cada ano de forma significativa já no ano de 2003 ultrapassaram a marca de meio milhão de reais e no ano de 2005, chegaram a R\$ 1.249.971,000, em três anos e meio o aumento chegou a 100 %, totalizando até o primeiro semestre de 2009 R\$ 2.545.858,000 em depósitos.

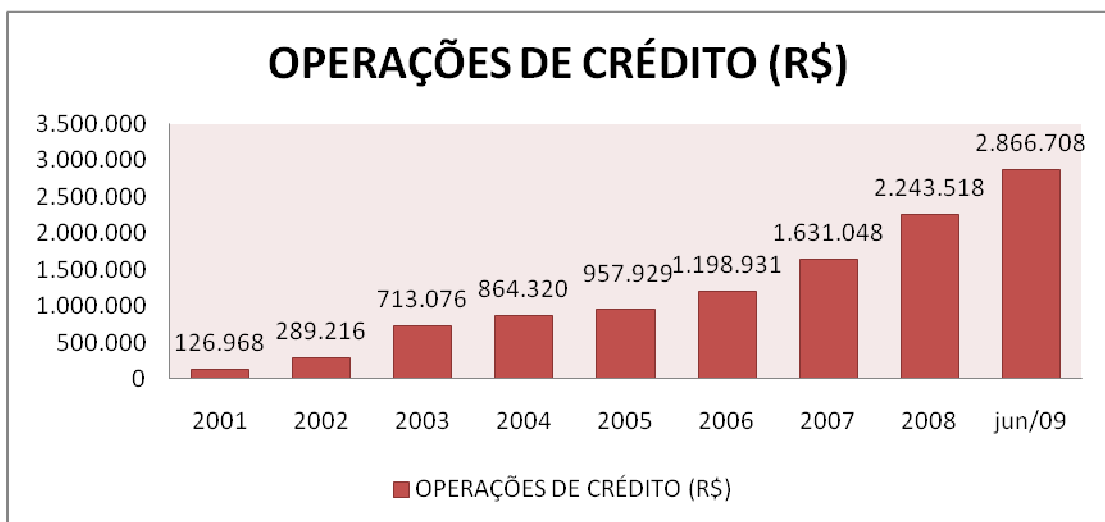


Gráfico 13: Volume de crédito ao longo dos anos

Fonte: Sicoob Grande

As operações de crédito são sem dúvida o maior benefício trazido pela Cooperativa, para seus associados e para a dinamização da economia local com um todo. A exclusão bancária afeta de forma mais acentuada regiões pouco dinâmicas, a exemplo do semi-árido nordestino. Em Baixa Grande esta realidade não é diferente. O acesso é dificultado pela própria condição da oferta, desde que o micro e pequeno produtor geralmente não dispõem de bens e/ou garantias, que não a sua própria possibilidade de transformar seu trabalho em renda. O grande problema consiste justamente em como aproveitar este potencial já que o elemento fundamental para a atividade econômica que é o crédito não está acessível.

O problema da exclusão bancária não afeta apenas os investimentos e custeio das atividades produtivas. A existência de seguros a custos mais baixos é uma importante ferramenta de controle dos diversos riscos aos quais os pequenos empreendimentos estão expostos. A poupança é também uma necessidade para que pequenos empreendimentos possam planejar investimentos futuros, se proteger de mudanças monetárias, de secas, para aproveitar boas oportunidades de preço, para se proteger de riscos e emergências ou até mesmo para se proteger de assaltos. (MAGALHÃES, 2007, p.28).

Neste aspecto os números demonstram o quanto a cooperativa vem atuando no sentido de ser um agente difusor de crédito, de forma segura, mas adequada à realidade e necessidade dos demandantes locais. O crescimento das operações de crédito tem ocorrido de forma sustentada ao longo dos anos, em que no terceiro ano de atuação chegou-se a um volume de R\$ 713.076 em crédito concedido. Em 2006, outra marca foi superada quando foram concedidos mais de um milhão de reais em crédito e em 2009 somente no primeiro semestre já foram concedidos R\$ 2.866.708,000 em crédito. Estes valores representam muito para a economia local, visto que muitos produtores, que antes não dispunham sequer de conta bancária, passaram a dispor de confiança e recursos para empreender suas atividades de forma segura e sustentada.

Neste volume de crédito concedido, destacam-se os recursos do Programa de Microcrédito (PROMIC), o qual oferece uma linha de microcrédito para nano, micro e pequenos empreendedores com renda mensal de até dois salários mínimos. A concessão se dá a partir de grupos constituídos de três a cinco pessoas, que baseados no aval solidário obtêm o crédito. Os valores concedidos variam entre R\$ 100 (cem reais) no mínimo e R\$ 2.000 (dois mil reais no máximo). Por meio desta modalidade já foram formados mais de 170 grupos solidários, contemplando cerca de 570 cooperados. Um destaque relevante desta ação é que os tomadores não dispõem apenas do crédito, mas de todo um acompanhamento técnico que orienta os empreendedores em suas ações, favorecendo o sucesso do negócio, a geração de trabalho e renda e ainda favorece a manutenção da saúde financeira da própria instituição cedente.

Destaca-se a relevância deste tipo de iniciativa com as palavras de Hugon (1996, apud Magalhães 2007, p.29), “nesses mercados, sanção social, reputação, confiança interpessoal, proximidade espacial, temporal e relacional são o coração da moeda e das garantias de pagamento”.

Os recursos deste programa, apesar de muito importante para a agricultura e conseqüente movimento da economia local, não era difundido entres os agricultores locais, primeiro porque não fazia parte da política do agente bancário tradicional sediado no Município e associado a isto, a inadimplência alta entre os que acessavam dificultava a disponibilização dos recursos. Só quando a Cooperativa através da Central (cooperativa de segundo grau), estabeleceu parcerias com o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste é que os recursos, por meio de projetos de investimentos, foram aplicados de forma mais sistemática.

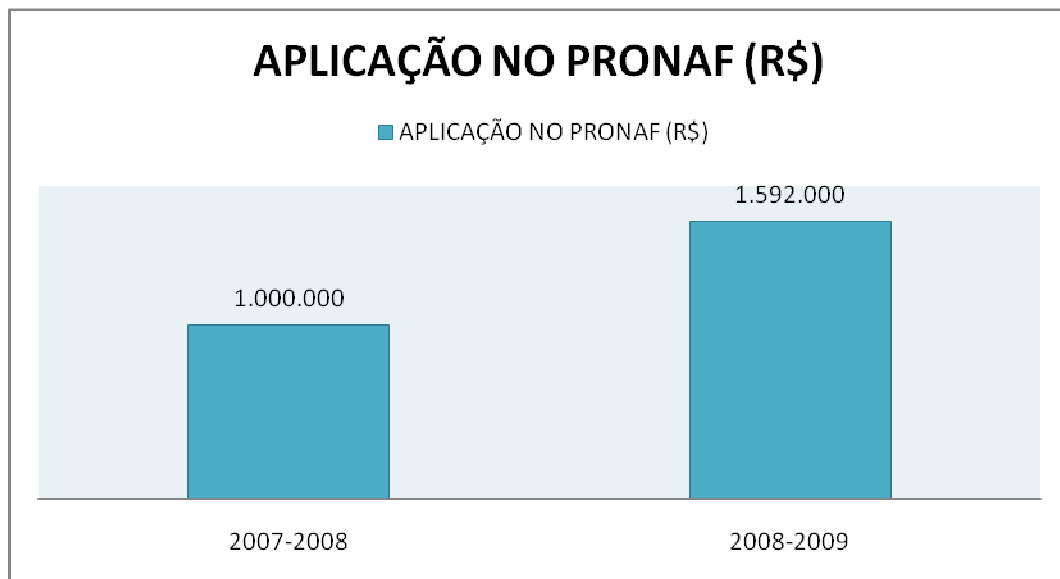


Gráfico 14: Recursos do PRONAF

Fonte: Sicoob Grande

Com o PRONAF, na safra 2007-2008, foram destinados R\$ 1.000.000 para a agricultura familiar, mobilizando-se além dos agentes de crédito os técnicos agrícolas que apresentaram técnicas de cultivo e meios de melhor aproveitar os recursos naturais. Na safra de 2008-2009 um volume de recursos foi superior em mais de 50 %, num total de R\$1.592.000 beneficiando 218 famílias que sobrevivem da atividade agrícola.

O recurso mais difundido é o PRONAF Custeio, cerca de 80 % do volume total, a destinação é para manutenção do período de entre safra. As operações são liquidadas no prazo de um ano com taxas de juros que variam entre 1,5% a 5,5 % ao ano. A vantagem desta modalidade consiste no curto período de liquidação do empréstimo com um custo também reduzido, sendo que caso seja necessário o tomador pode renovar a operação por mais um ano. Diferentemente, os recursos direcionados para investimentos, são utilizados em melhorias na infra-estrutura da propriedade como cercas, construção de pequenas barragens, cisternas, currais, melhoria dos pastos entre outros benefícios. Têm um prazo de liquidação maior, média de oito anos, em que dois anos são de carência e seis anos para pagamento de parcelas anuais, com juros que variam de 1 % a 5 % ao ano.

Os recursos do PRONAF são indispensáveis para a cidade de Baixa Grande, que possui uma economia muito centrada na atividade agrícola, em que se destaca a produção de feijão, milho e mandioca. A concessão de crédito agrícola aprimora a atividade agropecuária e possibilita que outras atividades relacionadas sejam introduzidas, fomentando a diversificação da produção e melhorando o desempenho econômico do setor e do Município.

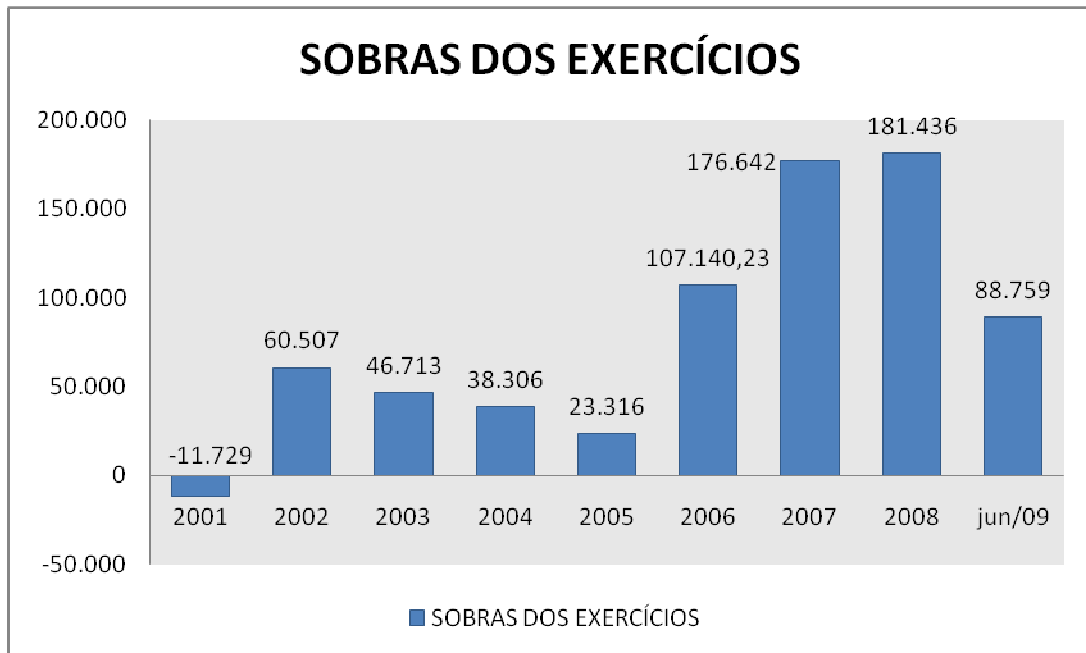


Gráfico 15: Sobras dos exercícios

Fonte: Sicoob Grande

As sobras nos exercícios representam outra vantagem de ser cooperado, pois além de beneficiar-se dos serviços financeiros e das linhas de crédito, no final de cada exercício, 60 % são distribuídas entre os associados na proporção das operações que cada um realizou, conforme deliberação das assembleias gerais. No primeiro ano de funcionamento, o resultado foi negativo em razão dos custos iniciais de implantação. A partir do segundo ano os resultados obtidos tornaram-se positivos, conforme evidencia o gráfico 14. A distribuição das sobras não é o principal motivo de atração dos associados. De um modo geral, os cooperados estão percebendo que há outros tantos benefícios mais relevantes do que, o imediatismo da distribuição de dividendos financeiros.

Como forma de sistematizar ações de alcance amplo na comunidade em que atua a Cooperativa de Crédito de Baixa Grande criou o Departamento de Desenvolvimento Cooperativista (DDC), o qual integra as ações de educação, crédito rural e microfinanças para focar de forma específica as necessidades do seu quadro social e valorizar outras modalidades de organização cooperativa. Os principais objetivos do DDC, são:

- Ampliação do crédito rural no município;
- Ampliação e diversificação das microfinanças;
- Levar capacitação cooperativista para mais pessoas;

- Apoio a ações de qualificação profissional;
- Ampliação do quadro social das diversas cooperativas e sua auto-sustentabilidade;
- Fortalecimento das cooperativas regionais.

Outro órgão da Cooperativa que atua na comunidade é o Departamento de Educação Cooperativista, que atua no sentido de valorizar os elementos locais com a dinâmica cooperativista a exemplo da parceria com o programa ponto de cultura, que permite uma diversidade de manifestações artísticas e culturais, veiculação através da rádio comunitária do programa Momento Cooperativista, além de outras parcerias estabelecidas com Sindicato dos trabalhadores rurais, Associações e Prefeitura Municipal. Em 2009 um grande passo foi dado, por meio do Programa Jovens Lideranças Cooperativistas, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), o qual capacitou 27 jovens para tornarem-se líderes e gestores em iniciativas cooperativistas.

5.2 A COOPERATIVA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

De acordo com os dados do SENAES, 2.115 (9,7 %) dos empreendimentos de economia solidária mapeados no Brasil, são organizados sob a forma jurídica de cooperativas, ainda conforme números da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) existem no Brasil 1.113 cooperativas no segmento de crédito, registradas neste órgão de representação.

Por meio da análise traçada acima, é inegável o sucesso da Cooperativa de Crédito de Baixa Grande Sicoob Grande. Além dos números, suas ações no sentido de aproximar seus associados de uma realidade mais humana e mesmo integrando-os a serviços dos quais eram anteriormente excluídos, revelam a sua importância para toda a comunidade local. Portanto enquanto empreendimento é muito bem sucedido e seus efeitos multiplicadores beneficiam mesmo aqueles que não mantêm vínculo associativo com a Cooperativa.

Através do mapeamento realizado pelo SENAES, a Cooperativa é considerada como um empreendimento de economia solidária. No entanto é importante destacar que o sistema cooperativista tem uma dinâmica própria, e no segmento de crédito estas especificidades são ainda mais relevantes. Para uma instituição financeira deste porte funcionar há uma série de exigências a serem cumpridas com os órgãos reguladores. O Banco Central do Brasil é o órgão competente para regular e fiscalizar as instituições financeiras, inclusive as

cooperativas de crédito. O Conselho Monetário Nacional (CMN) é responsável pelas regras e diretrizes das cooperativas como das demais instituições financeiras. O setor tem um regimento próprio (já evidenciado no capítulo 3), mas algumas exigências são semelhantes às de outras instituições, como de bancos por exemplo.

Neste contexto e a despeito da consideração realizada pelo SENAES, pode-se atribuir que na prática da Cooperativa de Crédito de Baixa Grande, há elementos que a aproximam de um empreendimento de economia solidária, os quais se destacam:

- Valorização social do trabalho humano, ou seja, valorização do homem como ser humano na atividade econômica, não sendo mais visto como mero portador de uma única mercadoria, sua força de trabalho;
- Busca dos valores do associativismo, do cooperativismo, do mutualismo e da solidariedade como forma de criar uma sociedade humanizadora e eficaz para todos;

Porém este trabalho não classifica a Cooperativa como um empreendimento típico de Economia Solidária, mediante a amplitude e princípios deste fenômeno. Esta percepção não diminui o valor e os efeitos positivos que a Cooperativa de Crédito Sicoob Grande, tem legado ao Município, com grande impacto para a dinamização do desenvolvimento local. O fomento e difusão dos princípios cooperativos, o estímulo a atividades empreendedoras de micro e pequeno porte, tanto no ambiente rural como urbano, mediante concessão de crédito com apoio e orientação técnica tem favorecido a muitos agentes, que melhoram sua condição de vida e tornaram-se empregadores de tantos outros. Deste modo, no caso da Cooperativa de Crédito de Baixa Grande, o fato de, atender ou não, aos princípios propostos pela Economia Solidária, não sobrepõe a dimensão e o efeito multiplicador, econômico e social, que amplamente favoreceu o Município.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária manifesta-se de fato como uma possibilidade de reordenamento do mundo do trabalho. A iniciativa de uma ação pública no sentido de reconhecer e mapear estes empreendimentos é um passo inicial no processo de consolidação e reconhecimento deste movimento como uma possibilidade sustentável e consistente. Mas ainda há muito por fazer, e a diversidade em termos de atuação e forma de organização coloca-se como um grande desafio, desde que cada segmento deve receber um tratamento específico consoante com o tipo de atividade que exerce.

Outra consideração importante baseada nos resultados trazidos pelos números do SENAES, é que a maioria dos empreendimentos são motivados como uma alternativa ao desemprego, mas deve-se afastar a idéia que a economia solidária seja um “absorvente” dos resíduos do modelo vigente, as ações devem ser dirigidas para que a prática da economia numa forma solidária seja uma opção dos agentes, e não apenas um “remédio” que se use na ausência de uma colocação no mercado capitalista. Quanto à forma de organização, a constituição com natureza jurídica de cooperativa é compatível com os princípios da economia solidária. Isto, portanto não implica considerar que toda organização em forma de cooperativa seja um empreendimento de economia solidária. O segmento cooperativo cresce substancialmente no Brasil, nos mais variados ramos de atividade e é uma forma válida de posicionar-se no ambiente de competição capitalista, onde interesses comuns se aglutinam e conquistam espaços neste mesmo ambiente competitivo.

Assim a Cooperativa de Crédito rural de Baixa Grande é um importante agente para o desenvolvimento e dinamização da economia local. Sua implantação possibilitou que um número significativo de trabalhadores e trabalhadoras, pequenos produtores e outros agentes conseguissem acesso a serviços dos quais eram excluídos no circuito tradicional do mercado financeiro. A sistematização na aplicação de recursos do PRONAF beneficiou a atividade agrícola, que é um importante segmento da economia local. As ações na área de apoio técnico, formação de lideranças cooperativas fortalece a identidade local e possibilita o aproveitamento econômico das potencialidades locais.

A Cooperativa, portanto, não se caracteriza como um empreendimento estritamente de Economia Solidária. Sua estrutura e profissionalismo credencia-lhe como uma sólida instituição financeira capaz de competir mesmo com os agentes bancários tradicionais, na oferta de serviços de crédito e microfinanceiros, porém preocupada com a realidade local.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUC, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- BACEN. Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/portalCidadao/coop/index.asp?idpai=PORTALCOOP&id=portalcoop>>. Acesso em: 29 jul. 2009.
- BAHIA. Lei 11.362, de 26 de janeiro de 2009. Institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo. **Diário Oficial do Estado**. Salvador, v.93, n.19902, p.01, 27 jan. 2009.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da economia solidária no Brasil**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>. Acesso em: 12 out. 2009 a.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da economia solidária no Brasil: Bahia e Ceará**. Brasília, 2009 b.1 CD ROM.
- COOPERATIVAS de crédito no Brasil e no Mundo. Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.com.br/>>. Acesso em: 20 set. 2009.
- COOPERATIVA de crédito rural de Baixa-Grande- Sicoob Grande. Estatuto social. Baixa – Grande -BA, 2004.
- COSTA, Lilian Lúcia Zumaeta. **A prática do cooperativismo baseado na economia solidária: O caso da cooperativa arte & gênero**. 2007. 69f. Monografia (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- DANTAS, Tatiana de Jesus. **Empreendimentos de economia solidária: uma alternativa ao sistema de produção capitalista**. 2007. 58f. Monografia (Graduação em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- DIEESE. **Anuário sistema público de emprego, trabalho e renda: economia solidária, Proger e Juventude**. São Paulo, 2008.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: Traçando fronteiras conceituais. **Bahia análise e dados**. Salvador, v.12 n.1 p.9-19 Jun. 2002.
- GUERRA, Luciano Farias Carvalho. **Os Impactos socioeconômicos da exploração do vanádio em Maracás - BA**. 2008.57f. Monografia (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- IBGE. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 21 de Ago. 2009.
- ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DOS MUNICÍPIOS BAIANOS, 2004, Salvador, SEI, v. 4, 2006.
- MAGALHÃES, Reginaldo Sales. Desenvolvimento e empreendedorismo: dinamização das economias locais, microfinanças e comércio solidário. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.37, n. 12 p.23-35 dez.2007.

OCB SESCOOP. Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <http://www.ocb.coop.br/site/brasil_cooperativo/index.asp>. Acesso em: 28 Set. 2009.

OLIVEIRA, Ângelo Dantas. **A Praça J.J.** : uma abordagem histórica no redesenho da cidade de Baixa-Grande. 2004. 58f. Monografia (Especialização em Desenho)-Universidade Estadual de Feira de Santana.

OLIVEIRA, Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene. **Capitalismo**: da Gênese à crise atual. Montes Claros: Unimontes, 1999.176p.

PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **Cooperativas de crédito**: história e evolução normativa no Brasil. 6ed. Brasília. BCB, 2008.92 p.

PINHO, Diva. B. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas de desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em <[http:// www.pnud.org.br/atlas/](http://www.pnud.org.br/atlas/)>. Acesso em: 15 set. 2009.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 12ed. São Paulo: Best Seller, 2003.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: Diagnóstico e alternativas. 4ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de, **Microfinanças** – O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito. 2ed. Brasília. Banco Central do Brasil, 2008.202p.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAIS DA BAHIA-SEI-PIB municipal 2002 a 2006. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=113&Itemid=62>. Acesso em: 22 Ago. 2009.